

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	4
5.3 - Descrição - Controles Internos	7
5.4 - Programa de Integridade	12
5.5 - Alterações significativas	14
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	19

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	20
10.2 - Resultado operacional e financeiro	41
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	45
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	48
10.5 - Políticas contábeis críticas	51
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	52
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	53
10.8 - Plano de Negócios	54
10.9 - Outros fatores com influência relevante	56

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos formalizada, aprovada pelo seu Conselho de Administração, em 07 de abril de 2016, e atualizada em 22 de março de 2017.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

i. os riscos para os quais se busca proteção

- **Riscos Estratégicos:** são os riscos associados com as decisões estratégicas da organização para atingir os seus objetivos de negócios, e/ou decorrentes da falta de capacidade ou habilidade da Companhia para proteger-se ou adaptar-se a mudanças no ambiente.
- **Riscos Financeiros:** são os riscos associados à exposição das operações financeiras da organização. Os riscos financeiros podem ser classificados entre riscos de mercado, de crédito e de liquidez:
 - Riscos de Mercado: decorre da possibilidade de perdas (ou de ganhos menores que os inicialmente previstos) em decorrência do comportamento das taxas de mercado (de juros, do câmbio, de inflação, etc.);
 - Riscos de Crédito: refletem a possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores devidos por clientes ou outras contrapartes com as quais mantenha contratos financeiros; e
 - Riscos de Liquidez: refletem a possibilidade de falta de recursos para honrar obrigações financeiras em decorrência da indisponibilidade de recursos ou da existência de recursos sem liquidez adequada.
- **Riscos de Compliance:** são os riscos relacionados a sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou de reputação que a organização pode sofrer como resultado da falha no cumprimento da aplicação de normas, leis, acordos, regulamentos, código de ética/conduta e/ou das políticas.
- **Riscos Operacionais:** são os riscos decorrentes da falta de consistência e adequação dos sistemas de informação, processamento e controle de operações, bem como de falhas no gerenciamento de recursos e nos controles internos ou fraudes que tornem impróprio o exercício das atividades da Companhia ou de suas controladas diretas e indiretas.
- **Riscos de Segurança da Informação:** são os riscos relacionados a controles ineficazes e/ou inexistentes, ações indevidas, que possam comprometer a confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações da Companhia ou de suas controladas diretas e indiretas.

ii. os instrumentos utilizados para proteção

Para proteção contra os riscos, a Companhia conta com atividades de controle, sendo que estes compreendem políticas e procedimentos elaborados para assegurar que as diretrizes e os objetivos, definidos para minimizar seus riscos estejam sendo observados nas atividades executadas.

Além disso, a Companhia possui uma equipe de auditoria interna, que elabora e atualiza o seu plano anual de auditoria com foco nos riscos identificados que possuem maior relevância e exposição, realizando

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

auditorias de *Compliance*, externa e interna, de processos de negócio e demandas especiais (crises, investigação, opinião independente, conforto e como *advisor*). Por fim, a Companhia possui o chamado “Programa de *Compliance*”, que atua continuamente, monitorando e tratando os riscos de *compliance* à legislação vigente e políticas internas da ATMA aplicáveis à Companhia com o objetivo principal de disseminar a cultura de conformidade, ética e transparência entre os colaboradores de todos os níveis da Companhia a fim de reduzir seus riscos e fortalecer a sua governança.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Em relação a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos, a Companhia conta com a seguinte estrutura:

- **Conselho de Administração:** responsável por deliberar sobre as questões estratégicas concernentes ao processo de gestão de riscos, tais como o grau de apetite a riscos da empresa, o papel da diretoria executiva no gerenciamento dos riscos e a política que deve nortear todo o processo;
- **Comitê de Auditoria:** analisar as infrações cometidas por funcionários, que constituem violação do *compliance* ao Código de Ética e Conduta. Assessorar o Conselho de Administração da Companhia nas questões relacionadas a auditoria interna e externa, mecanismos e controles relacionados à gestão de riscos, estratégias e políticas voltadas a controles internos e conformidade com as normas aplicáveis em assuntos relacionados aos temas de sua competência na Companhia ou nas suas controladas diretas ou indiretas. O Comitê de Auditoria está previsto no Estatuto Social da Companhia e é instituído conforme as disposições da ICVM 308/99;
- **Diretorias Executivas:** gerir os riscos da Companhia e suas controladas diretas e indiretas, alocar recursos necessários ao processo e definir a infraestrutura apropriada às atividades de gerenciamento de riscos e aprovar normas específicas e o grau de apetite a riscos da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas, com base na presente Política, nas deliberações e orientações do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria;
- **Auditoria Interna:** responsável por realizar o *risk assessment* quando necessário para identificar os riscos aos quais a empresa está exposta, definir e executar o plano de auditoria com base nos riscos relevantes, reportar as falhas de controles e processos, monitorar a implementação dos planos de ação para tratar os riscos não mitigados e testá-los quando implementados;
- **Compliance:** responsável por realizar o *compliance risk assessment*, anualmente ou antes conforme necessidade para identificar os riscos de *compliance* aos quais a Companhia e suas controladas diretas e indiretas estão expostas;
- **Áreas donas de riscos:** responsável por gerenciar os riscos inerentes às suas atividades, identificando-os, avaliando-os e tratando-os, com o intuito de manter e obter vantagens competitivas e garantir a geração de valor para acionistas e demais partes interessadas; e
- **Segurança da Informação:** disseminar a cultura de Segurança da Informação, alinhar os objetivos de Segurança da Informação com o plano estratégico da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas e analisar criticamente o Sistema de Gestão de Segurança da Informação (SGSI) da ATMA em intervalos planejados, para assegurar a sua contínua adequação, pertinência e eficácia, identificar, analisar e tratar os riscos de segurança da informação, implementar e manter o sistema gestor de segurança da informação de acordo com a necessidade da empresa, leis, regulamentos, contratos locais e internacionais.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia entende que sua estrutura operacional de controles internos está adequada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2. Em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2, informar:**

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A política de gestão de riscos abaixo descrita (“Política”), integra um conjunto de normas próprias da Companhia, sendo aplicável a esta a sua integralidade. A referida Política foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 07 de abril de 2016, e atualizada em 22 de março de 2017.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

i. os riscos de mercado para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção para os riscos decorrentes da variação das taxas de juros, dentre outros riscos relacionados ao seu mercado de atuação. Os riscos de mercado para os quais se busca proteção estão detalhados no item 4.2 deste formulário de referência.

ii. a estratégia de proteção patrimonial (hedge)

Atualmente, a Companhia não possui qualquer instrumento contratado objetivando a proteção patrimonial.

iii. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Não aplicável.

iv. os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

- **Riscos político-econômicos:** Acompanhamento contínuo pela Diretoria Jurídica, bem como pelas áreas de negócio da Companhia, das matérias legislativas que envolvam os segmentos operacionais da ATMA bem como as matérias relacionadas aos setores dos principais *stakeholders* da Companhia.
- **Riscos cambiais:** A Companhia apresenta a seguir o quadro de análise de exposição de câmbio apresentando regularmente em suas demonstrações financeiras.

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
	Exposição Total	
Caixa e equivalentes de caixa	38	4
Mútuo	13.103	12015
Fornecedores	(36)	-40
Outros ativos e passivos, líquido	(771)	542
	<u>12.334</u>	<u>12.521</u>
Exposição cambial impactando o patrimônio líquido (em US\$ mil)	3.061	3.232
Exposição cambial em moeda estrangeira (em US\$ mil)	<u>3.061</u>	<u>3.232</u>

- **Riscos de taxas de juros:** A Companhia apresenta a seguir o quadro de análise de sensibilidade às variações das taxas de juros, considerando as projeções macroeconômicas divulgadas no Relatório Focus, emitido pelo BACEN, divulgado em 31 de dezembro de 2019:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

31/12/2019						
Instrumentos	Valor contábil	Risco	Taxa	Cenário I provável	Cenário II variação da taxa em 25%	Cenário III variação da taxa em 50%
Equivalentes de caixa	-	Queda CDI	4,40%	-	-	-
Empréstimos - ICD Banco do Brasil	(45.930)	Aumento CDI	4,40%	(47.951)	(48.456)	(48.961)
Impacto sobre as receitas/ despesas financeiras líquidas				(2.021)	(2.526)	(3.031)
Controladora						
31/12/2019						
Instrumentos	Valor contábil	Risco	Taxa	Cenário I provável	Cenário II variação da taxa em 25%	Cenário III variação da taxa em 50%
Debêntures. 1ª Emissão - 1ª Série	(534)	Aumento PU/PAR	4,73%	(559)	(566)	(572)
Debêntures. 1ª Emissão - 2ª Série	(288)	Aumento PU/PAR	4,73%	(302)	(305)	(308)
Debêntures. 2ª Emissão - 1ª Série	(10.870)	Aumento PU/PAR	4,73%	(11.384)	(11.513)	(11.641)
Debêntures. 2ª Emissão - 2ª Série	(20)	Aumento PU/PAR	4,73%	(21)	(21)	(21)
Debêntures. 3ª Emissão - Serie Única	(692)	Aumento PU/PAR	4,73%	(725)	(733)	(741)
Debêntures. 5ª Emissão - 1ª Série	(20.530)	Aumento PU/PAR	4,73%	(21.501)	(21.744)	(21.987)
Debêntures. 5ª Emissão - 2ª Série	(6.664)	Aumento PU/PAR	4,73%	(6.979)	(7.058)	(7.137)
Debêntures. 5ª Emissão - 3ª Série	(4.510)	Aumento PU/PAR	4,73%	(4.723)	(4.777)	(4.830)
Debêntures. 5ª Emissão - 4ª Série	(3.469)	Aumento PU/PAR	4,73%	(3.633)	(3.674)	(3.715)
Impacto sobre as receitas/ despesas financeiras líquidas				(2.250)	(2.814)	(3.375)
Consolidado						
31/12/2019						
Instrumentos	Valor contábil	Risco	Taxa	Cenário I provável	Cenário II variação da taxa em 25%	Cenário III variação da taxa em 50%
Equivalentes de caixa	28.798	Queda CDI	4,40%	27.531	27.214	26.897
Empréstimos - TCD Santander	(61.018)	Aumento CDI	4,40%	(63.703)	(64.374)	(65.045)
Empréstimos - ICD Banco do Brasil	(45.930)	Aumento CDI	4,40%	(47.951)	(48.456)	(48.961)
Empréstimos - ICD Societé	(6.858)	Aumento CDI	4,40%	(7.160)	(7.235)	(7.311)
Impacto sobre as receitas/ despesas financeiras líquidas				(6.275)	(7.843)	(9.412)

- **Riscos de liquidez:** A Companhia executou o plano de reestruturação da dívida com o objetivo de adequar o nível de endividamento e diminuir a alavancagem financeira de forma a aumentar sua capacidade de honrar seus compromissos e obrigações. Como diretriz, o endividamento bruto deve estar concentrado no longo prazo. A tabela abaixo resume as obrigações contratuais e compromissos financeiros significativos da Companhia em 31 de dezembro de 2019.

v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e nos dois exercícios sociais anteriores, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção (hedge) ou de caráter especulativo.

v. a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos da Companhia está descrita no item 5.1 deste formulário de referência.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia entende que sua estrutura operacional de controles internos está adequada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**5.3 Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:****a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las**

A Administração é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos adequados relativos aos relatórios financeiros da Companhia. Para avaliar a eficiência dos controles internos de divulgação das informações financeiras, a administração realiza a avaliação de riscos e processos, incluindo testes de controles para assegurar a eficiência, precisão e confiabilidade no ambiente de controles internos. O sistema de controle interno da Companhia foi elaborado para garantir de forma razoável e em todos os aspectos relevantes a confiabilidade dos relatórios financeiros e a preparação das demonstrações financeiras para divulgação externa, conforme princípios contábeis geralmente aceitos. A administração entende que a forma de gestão de riscos e melhorias de controles internos tem sido eficiente nos últimos anos. Devido às limitações inerentes, os controles internos sobre os relatórios financeiros podem não prevenir ou não detectar erros. Além disso, as projeções sobre qualquer avaliação de efetividade para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles podem se tornar inadequados devido a mudanças nas condições existentes.

A Companhia revisita periodicamente seus processos internos, a fim de melhorar a eficiência dos controles contábeis, contribuindo para a maior segurança nas aprovações de compras e despesas, bem como do registro contábil dentro do período de competência.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

A Diretoria Financeira – principal área responsável pela elaboração das demonstrações financeiras – conta com a área de Controladoria, a que subordina, para sua elaboração, garantindo a adoção das boas práticas de controle interno e observação das normas contábeis aplicáveis. A área de Auditoria Interna é responsável pela revisão dos controles, testando a aderência das políticas e controles internos da Companhia, bem como pela avaliação de riscos e execução do plano anual de auditoria, incluindo os aspectos relacionados à preparação das demonstrações financeiras.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A Companhia possui as responsabilidades pela supervisão da eficiência dos controles internos estabelecidas na política de gestão de riscos (“Política”), conforme as definições abaixo:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

- **Gestor de Controladoria:** responsável por identificar e corrigir eventuais falhas ou pontos de melhoria nos processos, que são identificadas internamente pela própria área, ou conforme apontado pelas Auditorias Interna e Externa;
- **Gestor de Auditoria Interna:** responsável por identificar os riscos a que a empresa está exposta e desenvolver trabalhos de auditoria interna, com foco em mapear e reportar os *gaps* de controles junto às diretorias responsáveis, com o objetivo de reduzir a exposição da Companhia a determinados riscos. Para cada controle ineficaz existe um plano de ação com prazo e responsável, bem como um processo eficaz de *follow up* com reporte à Diretoria Executiva e ao Comitê de Auditoria, com o objetivo de priorizar as implementações dos planos acordados, mitigando a exposição dos riscos identificados; e
- **Comitê de Auditoria:** responsável por assessorar o Conselho de Administração da Companhia nas questões relacionadas à auditoria interna e externa, mecanismos e controles relacionados à gestão de riscos, estratégias e políticas voltadas a controles internos e conformidade com as normas aplicáveis em assuntos relacionados aos temas de sua competência nas sociedades controladas direta e indiretamente pela Companhia.

Adicionalmente, a ATMA utiliza os princípios do *IIA (The Institute of Internal Auditors)* de três linhas de defesa no gerenciamento eficaz de riscos e controles, conforme segue:

- A 1ª Linha de Defesa é a área de negócio, responsável por identificar, mensurar, avaliar e mitigar os riscos de seu negócio. Cada unidade de negócio tem riscos operacionais inerentes e é responsável por manter controles internos eficientes e implementar ações corretivas para resolver deficiências em processos e controles;
- A 2ª Linha de Defesa inclui funções de gerenciamento de risco e conformidade, exercida pela Controladoria em conjunto com as áreas de negócios para garantir que a 1ª linha de defesa tenha identificado, avaliado e reportado corretamente os riscos do seu negócio; e
- A 3ª Linha de Defesa é representada pela Auditoria Interna, que revisa de modo sistemático e eficiente às atividades das duas primeiras linhas de defesa e contribui para seu aprimoramento.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

O estudo e a avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia, conduzido pelos auditores independentes, em conexão com a auditoria das Demonstrações Financeiras (relatório circunstanciado), foi efetuado com o objetivo de determinar a natureza, época e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos.

Não obstante, como resultado desse relatório, foram apresentadas à Companhia as deficiências de controle, dentre as quais destacamos as principais:

- Ausência de segregação entre Circulante e Não Circulante de impostos a recolher e outras obrigações;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

- Falta de conciliação de depósitos judiciais e bloqueios judiciais;
- Processo manual de receita;
- Formalização das estimativas contábeis;
- Salvaguarda da documentação que suporta a avaliação da Administração quanto ao correto funcionamento dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Formalização de contratos firmados com clientes;
- Aceite do cliente para faturamento e emissão de nota fiscal;
- Autorização de procuradores e acesso a extratos bancários desatualizados;
- Conciliação do saldo dos empréstimos;
- Conciliação da posição processual junto a advogados externos;
- Conciliação do saldo de direito de uso e arrendamento;
- Ausência de conciliação de impostos a recuperar; e
- Validação dos relatórios de faturamento;

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Conforme destacado no item “d” acima, a Administração avaliou as recomendações apontadas no relatório circunstanciado preparado pelos auditores independentes da Companhia, e iniciou estudos, elaborou planos de ação e medidas corretivas para todos os itens aplicáveis. Todas as medidas e planos de ação relevantes encontram-se em andamento e, em alguns casos, os possíveis efeitos apontados pelos auditores independentes, na opinião da administração, não se materializariam em função do desenho do próprio sistema de controle.

Quanto a ausência de segregação entre Circulante e Não Circulante de impostos a recolher e outras obrigações, os auditores independentes identificaram que a Administração da Companhia não possui conciliações efetivas em relação aos impostos a recolher e a recuperar, recomendando a conciliação das contas de impostos a recolher. A Administração da Companhia entende que o saldo de impostos a recolher possui dinâmica de movimentação particular, especialmente quanto à forma de liquidação por conta de renegociações permitidas pela legislação. A Companhia efetuará controles mais detalhados em seu ERP, para que o procedimento de conciliação seja efetuado de forma mais ágil e observável dentro da própria plataforma, assim como alocação efetiva entre as posições circulante e não circulante, para fins de apresentação nas demonstrações financeiras.

No que tange a falta de conciliação de depósitos judiciais e bloqueios judiciais, os auditores independentes recomendaram que a Companhia estabeleça relatórios e conciliações de depósitos judiciais (extra contábil) para possibilitar a identificação analítica da composição da movimentação dos depósitos judiciais (adições, baixas e reversões), bem como sua conciliação com os quadros divulgados em notas explicativas. A Administração da Companhia iniciou em 2020 o processo de automatização da captura das informações de depósitos judiciais junto às instituições financeiras para que possa efetuar um acompanhamento mais detalhado desses recursos e sua melhor utilização para encerramento de litígios. Com essa

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

automatização, espera-se que toda a movimentação ocorrida em determinado período esteja integrada e conciliada dentro do ERP da Companhia. A expectativa de conclusão é até outubro de 2020.

Referente ao processo manual de receita, os auditores independentes recomendaram que a Companhia viabilize esforços e estude possibilidades de proceder com a implementação de controles sistêmicos no processo de faturamento e contabilização da receita, visando mitigar os riscos atrelados aos processos manuais, aos quais a Administração da Companhia se encontra exposta. A Administração da Companhia iniciou o processo de automação do controle de contratos de clientes utilizando o módulo de gestão contratual no ERP. O processo com um todo tem como data de finalização o segundo semestre de 2020 e funcionará não só como controle, mas terá como funcionalidade medidas proativas para gestão contratual (ex.: aviso de término de contrato e gestão de saldos).

Acerca da formalização de estimativas contábeis, os auditores independentes identificaram que Companhia possui diversas estimativas contábeis consideradas para elaboração de suas demonstrações financeiras, como por exemplo: provisão para contingências, perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD), receita a faturar, valor justos de passivos e ativos financeiros, não sendo constatada a formalização dessas políticas, revisadas e aprovadas pelos membros da Administração da Companhia, evidenciando o processo de preparação e registro dessas estimativas. A Administração efetuará em 2020 a atualização das práticas contábeis, devido à integração de novas operações para padronização entre as diversas companhias, com a aplicação das melhores práticas, e formalizará os créditos de suas estimativas de forma sistematizada para melhor evidência dos procedimentos adotados.

Referente à salvaguarda da documentação que suporta a avaliação da Administração quanto ao correto funcionamento dos controles internos da Companhia e suas controladas, os auditores independentes da Companhia recomendaram a adequada formalização de sistemas como forma de mitigação do risco de que atividades similares sejam executadas de maneiras ou mesmo em desacordo com as práticas autorizadas pela Administração. A Administração da Companhia informa que o planejamento para 2020 contempla a revisão e sistematização de seus controles internos pela equipe de auditoria interna, tanto dos fluxos operacionais como financeiros e de preparação das demonstrações financeiras.

Quanto à formalização de contratos firmados com clientes, os auditores independentes da Companhia recomendaram o estabelecimento de processo para formalização de contratos firmados junto aos clientes, com o objetivo de mitigar riscos contingências aplicáveis, uma vez que a Companhia não esteja devidamente coberta contratualmente. A Administração da Companhia iniciou o processo de automação do controle de contratos de clientes utilizando o módulo de gestão contratual no ERP, que tem como data de finalização o segundo semestre de 2020.

Com relação ao aceite do cliente para faturamento e emissão da nota fiscal, os auditores independentes da Companhia recomendaram um processo para salvaguarda das evidências que alimentam o processo de faturamento. A Administração da Companhia informa que as emissões de nota fiscais para os clientes ocorrem após a prévia autorização deles com a validação dos serviços e indicação do respectivo código de autorização. Para melhoria das evidências deste processo, a Companhia anexa junto às notas fiscais emitidas as devidas comprovações que subsidiam a emissão das referidas medições.

No que tange a autorização de procuradores e acesso a extratos bancários desatualizados, os auditores independentes da Companhia recomendaram processo de revisão de acesso às contas bancárias, bem como de procuradores equivalentes, a fim de desativar o acesso de ex-colaboradores e evitar potenciais transtornos com acessos indevidos a informações

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

financeiras da Companhia. A Companhia informa que no primeiro trimestre de 2020 houve a revisão dos procuradores em virtude da reorganização societária. Assim, os bancos com os quais a Companhia mantém relacionamento receberam a nova relação de pessoas autorizadas para atualização cadastral. A Companhia acompanha esse processo, para garantir que as autorizações e acessos serão devidamente atualizados.

Quanto à conciliação do saldo dos empréstimos, os auditores independentes da Companhia recomendaram a implantação de controles, com o objetivo de conciliar os saldos dos empréstimos, a fim de mitigar o risco de subavaliação ou superavaliação de passivos, e consequentemente mitigar o risco de apresentação de demonstrações contábeis em desconformidade com as práticas contábeis. A Administração da Companhia informa que os valores apresentados nas demonstrações financeiras para as dívidas financeiras refletem a avaliação pelo valor justo em 31 de dezembro de 2019. O critério de valor justo é variável entre as partes, pois pode considerar fatores específicos e assimétricos. De qualquer forma, a reestruturação da dívida financeira em curso, encerrada em 14 de julho de 2020, ajustou as posições para critério comum, pois a valoração irá considerar o preço de mercado.

Com relação à conciliação da posição processual junto aos advogados externos, os auditores independentes da Companhia recomendaram a conciliação da conta de provisão de contingências, a fim de apresentar de forma correta os saldos contábeis, de forma a mitigar erros contábeis pela ausência de registros adequados. A Administração da Companhia informou que a atualização dos processos judiciais é realizada diretamente na plataforma eletrônica de gestão de processos e efetuada pelos escritórios jurídicos contratados. As informações realizadas pelos escritórios são revisadas pela equipe da área jurídica da Companhia. Considerando a dinâmica dos processos, eventuais modificações podem ocorrer entre determinadas datas. Para evitarmos assimetria nas informações, realizaremos trabalho em 2020 com os terceirizados, para atualização mensal da movimentação processual.

No que tange à conciliação do saldo de direito de uso e arrendamento, os auditores independentes da Companhia recomendaram a implementação de rotina de conciliação, a fim de minimizar inconsistências e consequentemente garantir a apresentação correta dos saldos. A Administração da Companhia informou que planeja para o exercício de 2020 a evolução do controle desse processo, através da integração da gestão de contratos de locações com a base de controle de ativos de forma sistematizada no ERP, para que as atualizações que venham a ocorrer nos contratos estejam refletidas de forma sincronizada.

Quanto a ausência de conciliação de impostos a recuperar, os auditores independentes da Companhia informaram que a Companhia não apresentou a composição histórica dos saldos de impostos a recuperar, onde foi mensurado um ajuste de R\$ 1,9 milhão referente a rubrica INSS sobre faturamento, e sugeriu a baixa do crédito. A Administração da Companhia informou que o saldo do INSS a recuperar, dos exercícios anteriores, foi objeto de revisão em 2019, validando a sua existência, bem como a sua recuperabilidade. Dessa forma, considerando a avaliação atualizada, existem elementos para sua utilização. A Companhia efetuará controles mais detalhados em seu ERP, para que o procedimento de conciliação seja efetuado de forma mais ágil e observável dentro da própria plataforma.

Por fim, com relação a validação dos relatórios de faturamento, os auditores internos da Companhia recomendaram o estabelecimento de processo para salvaguarda das evidências e validação das bases que alimentam o processo de faturamento. A Administração da Companhia informou que iniciou um processo de automação do controle de contratos de clientes utilizando o módulo de gestão contratual do ERP. O processo como um todo tem como data de finalização o segundo semestre de 2020 e funcionará não só como controle, mas terá como funcionalidade medidas proativas para gestão contratual.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4 *Mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pela Companhia para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira.*

A Companhia está comprometida com a promoção da conduta ética em conformidade com ordenamento jurídico vigente e com os princípios e valores assumidos em seu Código de Ética e Conduta, que reúne comportamentos e atitudes que acredita serem indispensáveis ao comportamento humano, a seus valores e à maneira que atua, reforçando a exigência de uma postura ética e íntegra, de todos os seus públicos de contato.

Adicionalmente, a Companhia possui Política de Anticorrupção e Integridade, que deve ser interpretada e cumprida em conjunto com o seu Código de Ética e Conduta, e descreve e explica as proibições contra suborno e corrupção e outras fraudes em todas as suas operações, destacando os requisitos de *Compliance* específicos relacionados a essas proibições e reforçando o seu compromisso em conduzir seus negócios com os mais altos padrões de honestidade e integridade. Ambos os documentos são aplicáveis a todos os colaboradores, administradores, parceiros ou qualquer terceiro que se relacione ou atue em nome da ATMA Participações S.A. e suas controladas.

A Companhia cumpre toda a legislação a que estiver obrigada pelos negócios e atividades que pratica, inclusive legislação internacional ou transnacional quando lhe for aplicável, em decorrência de contratos comerciais que vier a firmar, com destaque ao Foreign Corrupt Practices Act (FCPA – Estados Unidos) e UK Bribery Act (Reino Unido).

Dentre os mecanismos e procedimentos de integridade adotados pela Companhia para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos, destaca-se o programa de treinamento anticorrupção periódico para seus colaboradores, além do recorrente trabalho de conscientização de que a Cultura Organizacional da Companhia não tolera a prática de qualquer ato de descumprimento à legislação, com destaque a atos de corrupção. A Companhia também realiza controle de cumprimento do Código de Conduta Ética e da Política de Anticorrupção e Integridade com o uso de ferramentas internas, com destaque às informações provenientes do Canal Direto e auditorias.

O Comitê de Ética e Conduta é órgão responsável pelo monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade e cumprimento das diretrizes previstas no Código de Conduta Ética pelos colaboradores, fornecedores ou parceiros de negócios da Companhia, bem como por definir penalidade cabíveis em caso de descumprimento. O Comitê de Ética e Conduta é composto por integrantes representantes do Comitê Executivo, do Jurídico, do Financeiro, da Auditoria, de Recursos Humanos, de Negócios e Marketing.

A Companhia possui canal de denúncia externo, denominado Canal Direto, e segue as melhores práticas de governança corporativa, garantindo a independência, o sigilo, a segurança e o total anonimato ao denunciante a partir da preservação da confidencialidade das informações. O Canal Direto permite uma comunicação isenta e ética com os colaboradores, fornecedores, clientes e parceiros. As manifestações são recepcionadas por empresa terceira, que recebe os contatos. Além disso, ao fazer a manifestações, é gerado um número de protocolo e senha que permitem acompanhar

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

com privacidade o andamento da apuração.

O Código de Ética e Conduta teve sua última revisão aprovada pelo Conselho de Administração na reunião realizada no dia 14 de novembro de 2017 e revisado em 15 de setembro de 2018. A Política de Anticorrupção e Integridade da Companhia foi aprovada pelo Conselho de Administração na reunião realizada no dia 08 de março de 2017, e alterada em 04 de julho de 2018, e estão disponíveis para consulta na rede mundial de computadores, na página da Companhia (www.atmasa.com.br).

Nos processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias, a Companhia adota procedimentos de due diligence, a fim de investigar, diagnosticar, analisar e mensurar as principais oportunidades, vulnerabilidades e riscos presentes na operação.

As políticas, procedimentos e mecanismos adotados pela Companhia para promoção da conduta ética, prevenção, identificação e correção de desvios, de quaisquer atos em desacordo com o ordenamento jurídico vigente e com os princípios e valores assumidos estão em constante revisão e aprimoramento.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

5.5. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos.

A Companhia tem como prática a análise constante dos riscos aos quais está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados de operações de forma adversa. A Companhia está constantemente monitorando mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar as atividades, por meio do acompanhamento dos principais indicadores de desempenho. A Companhia adota política de foco contínuo na disciplina financeira e na gestão conservadora de caixa.

Ademais, a Companhia conta com Comitê de Auditoria, órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, instituído na forma da ICVM 308/99, que monitora os trabalhos de auditoria e os principais riscos da Companhia. A Companhia entende que a atual Política de Gerenciamento de Riscos, bem como a atuação do comitê de assessoramento ao conselho de administração contribuem de forma positiva com gerenciamento dos riscos pela Companhia.

Comparando o último exercício social ao exercício atual, a Administração entende que alguns dos principais riscos aos quais a Companhia está exposta foram mantidos e outros substancialmente melhorados, conforme explicado abaixo.

A unificação dos negócios, em vigor desde 06 de janeiro de 2020, dotou a Companhia de novos clientes, maior flexibilidade e maior capacidade operacional. Desse modo, a Companhia pôde diversificar a sua receita, outrora concentrada em número menor de clientes, aumentar a sinergia operacional entre suas controladas, unificar serviços administrativos e contar com novas receitas, de modo a se consolidar como uma das maiores e mais importantes empresas de serviços do país. A unificação dos negócios tornou o Patrimônio Líquido da Companhia positivo e encerrou o ciclo de queda de receita.

No entanto, em março de 2020, a atividade econômica brasileira passou a sofrer os reflexos das medidas para contenção da disseminação da pandemia/COVID-19. Nesse contexto, os resultados da Companhia foram afetados pontualmente nas linhas de serviço e/ou negócios, de modo que as medidas de isolamento social geraram maiores restrições à logística operacional da Companhia, gerando redução de operações ou reprogramação de projetos que estavam em fase de implantação. Nesse contexto, é importante destacar que, com o Decreto Federal nº 10.282, de 20 de março de 2020, e entendimentos das esferas Estaduais e Municipais, as principais operações da Companhia foram consideradas serviços essenciais.

Por outro lado, como consequência da homologação integral do Plano de Recuperação Extrajudicial da Companhia, em 14 de julho de 2020, concluiu-se a renegociação da dívida financeira da Companhia, vinculando todos os credores financeiros, de modo a permitir melhoria significativa nos índices de endividamento e nas obrigações de curto, médio e longo prazo, como juros e amortizações, o que permitirá melhora na gestão do fluxo de caixa da Companhia.

Os riscos mantidos foram:

Reputação da marca junto ao mercado

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

A imagem e as atividades da Companhia podem ser afetadas de forma negativa junto aos clientes e aos *stakeholders*, comprometendo a sua atratividade, impactando o resultado de suas operações e a sua condição econômico-financeira nas seguintes situações exemplificativas: ausência de melhorias em sua situação financeira e operacional; utilização indevida de informações confidenciais/sensíveis oriundas dos negócios por parte empregados e/ou terceiros; impossibilidade de garantir que os seus fornecedores estejam exercendo as suas atividades de forma regular; e descumprimento da Política Anticorrupção, seja por parte da Companhia, seja por parte de seus clientes e fornecedores e etc.

A Companhia está sujeita ao cumprimento da legislação nacional relacionada ao combate à corrupção, Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. A Companhia possui políticas e procedimentos internos concebidos para garantir o exato e fiel cumprimento dessa legislação, incluindo um Programa de *Compliance* cuidadosamente elaborado. Não obstante, ainda que fundamentais para gerenciamento de riscos e minimização de danos, não é possível assegurar que tais políticas e procedimentos serão suficientes ou que funcionários, conselheiros, diretores, acionistas, representantes ou prestadores de serviço da Companhia não adotaram ou não adotarão algum tipo de ação em violação a tais políticas e procedimentos que possa gerar, em última instância, responsabilidade para eles ou para a Companhia. Violações às legislações voltadas ao combate à corrupção podem ocasionar penalidades financeiras, danos à reputação ou outras consequências legais que, ao final, podem afetar negativamente as atividades da Companhia, os resultados de suas operações ou sua condição econômico-financeira.

Perda do volume de clientes

A Companhia concentra os esforços de qualidade e atendimento, de forma estratégica, às expectativas dos clientes na formação de relacionamentos e fidelização de longo prazo com grandes empresas em determinados setores. Consequentemente, ela depende de um número limitado de clientes responsáveis por uma parcela significativa de sua receita, embora no último ano a Companhia tenha diversificado de maneira relevante sua carteira de clientes.

A perda de um cliente-chave, o inadimplemento ou a não conservação de uma parcela significativa de negócios com um dos clientes-chave, caso aconteçam, poderão exercer um efeito negativo sobre a receita total da Companhia, embora, atualmente, a diversificação de receitas iniciada com a chegada de novos clientes e com a atuação em novos segmentos do mercado possam mitigar eventuais efeitos negativos da perda de um dos clientes-chave.

Incapacidade de gerar caixa

Em um cenário de deterioração dos indicadores financeiros e/ou no caso da diminuição da oferta de crédito, influenciado pelas condições políticas, econômicas e de mercado do Brasil e/ou do desempenho das operações, a capacidade da Companhia em obter qualquer financiamento futuro necessário para capital de giro, dispêndios de capital e/ou pagamentos de principal e juros sobre o endividamento poderá ser limitada, o que poderá resultar em reduções e/ou deterioração de seu desempenho econômico e, inclusive,

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

eventual redução do quadro de colaboradores ou adoção de medidas judiciais ou extrajudiciais para resolução de disputas com seus credores.

Impacto das contingências de processos judiciais, arbitrais ou administrativos no caixa

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, envolvendo diversas questões legais e regulatórias incluindo, mas não se limitando, a processos trabalhistas, tributários, cíveis, societários e ações civis públicas. Não há garantias de que as provisões serão suficientes para fazer face ao custo total decorrente de decisões adversas em demandas judiciais e administrativas. A Companhia está sujeita a possíveis processos administrativos e/ou judiciais movidos pelo Ministério Público do Trabalho e Ministério do Trabalho e Emprego, dentre outros órgãos.

Uma ou mais decisões desfavoráveis à Companhia em qualquer processo judicial, arbitral ou administrativo poderá ter um efeito negativo relevante sobre os seus resultados. Além das provisões financeiras e dos custos com honorários advocatícios para a assessoria nessas causas, a Companhia poderá ser obrigada a oferecer garantias em juízo relacionadas a tais processos, o que poderá afetar adversamente sua capacidade financeira.

Desgaste na relação fornecedor x ATMA

A Companhia depende de contratações e de capacidade de manter acordos e relações saudáveis e de confiança com fornecedores e parceiros, com qualidade para obter êxito nos negócios. Eventuais atrasos ou suspensão de pagamento de fornecedores podem impactar as relações em mercado, em especial por se tratar de uma companhia de capital aberto. Como resultado de eventuais desgastes com atuais e possíveis fornecedores, minimiza-se o poder de negociação, comprometendo a capacidade de obter crédito, levando a Companhia a pagar juros e multas, por exemplo, para além de impossibilitar novas compras, o que limita o rol de fornecedores, e pode ocasionar eventuais suspensões de contratos, comprometendo a atuação qualitativa no processo de suprimentos. Nesse contexto, prejudica-se a capacidade da Companhia em honrar e cumprir seus próprios prazos e obrigações contratuais.

Para mitigar riscos na cadeia de fornecimento, foram estabelecidos políticas e procedimentos específicos, com o intuito de prevenir ações antiéticas, fraudes e irregularidades, que venham a gerar uma imagem distorcida da Companhia perante o mercado. Procuramos avaliar nossos fornecedores individualmente da maneira mais hábil, efetiva, segura e clara, de acordo com as melhores práticas de conformidade do mercado, utilizando procedimentos de habilitação e gestão do ambiente ético dos fornecedores, avaliando os riscos de corrupção por meio de checagem de informações públicas, bem como outros mecanismos apropriados.

Obsolescência tecnológica

Os negócios da Companhia dependem da capacidade, disponibilidade e confiabilidade de seus servidores, computadores, equipamentos de telecomunicações e de rede, programas, processos e procedimentos de informática. O crescimento contínuo e a lucratividade da Companhia dependem, dentre outros fatores, da introdução de novos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

serviços que efetivamente tirem proveito e respondam à evolução tecnológica. A Companhia está sujeita a eventuais alterações de hábito de consumo e de demanda por produtos e serviços por parte de seus clientes, necessitando estar sempre se adequando às suas preferências. A obsolescência da capacidade tecnológica ou a incapacidade de reagir adequadamente às mudanças tecnológicas e de hábito dos clientes da Companhia, caso ocorram, podem afetar negativamente sua competitividade.

Não gerar novos negócios

Se a Companhia não for capaz de apresentar ou desenvolver soluções inovadoras, pode perder sua competitividade. A Companhia conta com áreas específicas para realizar as pesquisas e desenvolver soluções inovadoras para o mercado. Contudo, os segmentos em que atua reinventam-se constantemente, sendo necessário o lançamento de soluções inovadoras com maior antecedência que seus concorrentes.

O desenvolvimento de soluções inovadoras depende de uma série de fatores, entre eles, investimento, atração, retenção e manutenção de talentos e desenvolvimento de parcerias com prestadores de serviços que atuam no mercado de inovação. Caso a Companhia não seja capaz de investir em pesquisas e desenvolvimento, de manter parcerias e de apresentar soluções inovadoras em seu segmento, poderá perder a competitividade, implicando um efeito adverso para o negócio e crescimento da Companhia.

Não reter profissionais chaves

A capacidade da Companhia em manter posição competitiva depende em larga escala dos serviços de sua alta administração. Embora a Companhia possua planos de retenção e desenvolvimento com alguns de seus gestores e colaboradores qualificados, não pode garantir que obterá sucesso em atrair e manter pessoal qualificado para integrar sua alta administração. Dessa forma, a saída de membros-chave da administração da Companhia poderá causar um efeito adverso relevante em seus negócios.

Como as atividades da Companhia envolvem mão de obra intensiva, a capacidade de atrair, contratar, treinar e reter pessoal qualificado é fundamental para o contínuo crescimento dos negócios. A Companhia poderá enfrentar dificuldades para contratar ou manter pessoal com as qualificações necessárias para atender adequadamente seus clientes, sendo que a crescente concorrência no setor poderá agravar a situação. Na hipótese de a Companhia não conseguir recrutar, motivar e reter pessoal qualificado, a qualidade de seus serviços poderá ser afetada, com possíveis efeitos adversos nos resultados operacionais e financeiros.

Ausência de proteção de informações-chave

O negócio de contact center implica o acesso a informações confidenciais/sensíveis dos clientes da Companhia e dos clientes de suas controladas. A Companhia pode ser eventualmente responsabilizada por atividades fraudulentas, ou por apropriação indevida por parte de seus empregados ou terceiros, o que pode nos expor a obrigações de indenizar e a processos judiciais ou administrativos onerosos, por exemplo, no caso de terceiros não autorizados violarem os sistemas de segurança físicos ou de rede da Companhia. Da mesma

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

forma, no caso de empregados autorizados utilizarem, de forma imprópria e inapropriada, os seus direitos de acesso às informações da Companhia ou de clientes, poderá haver impacto adverso relevante em nossas atividades e imagem.

Interrupção da prestação de serviços

A interrupção da prestação de serviços por diversos motivos tais como greves, interdições, falhas de provedores de serviços, interrupções por segurança da informação, podem afetar os níveis de serviços acordados nos contratos com os clientes.

A Companhia está exposta a diferentes tipos de penalidades monetárias em decorrência de descumprimentos de obrigações contratuais com clientes, em especial com base em níveis determinados de serviços. Eventuais violações poderão sujeitar a Companhia ao pagamento de penalidades monetárias ou indenizações que poderão, eventualmente, afetar adversamente seus resultados.

Atualmente, exceto pelo exposto acima, não foi identificado um cenário de aumento ou redução na exposição da Companhia aos riscos mencionados no item 4.1 deste Formulário de Referência.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

5.6 – Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Não existem outras informações relevantes para este item.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

A ATMA Participações S.A., nova denominação da Liq Participações S.A. (“Companhia” ou “ATMA”) tem como objeto social a participação em outras sociedades comerciais e civis, como sócia, acionista ou cotista, no país ou no exterior.

Em 14 de outubro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia recebeu do Fundo de Investimentos em Participações Nilai – Multiestratégia (“FIP Nilai”) uma proposta para a integração dos negócios da Companhia com a ETS Participações e Investimentos S.A. (“ETS”).

No âmbito da Proposta de Integração, foi estabelecido um aumento do capital social na Companhia, no montante de R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), com a subscrição particular pelo FIP Nilai de 20.644.095 (vinte milhões, seiscentas e quarenta e quatro mil e noventa e cinco) de novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$12,11 (doze reais e onze centavos) por ação, fixado nos termos do artigo 170, § 1.º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, a serem integralizadas à vista, mediante o aporte da totalidade das ações de emissão da ETS detidas pelo FIP Nilai (“Aumento de Capital”). O Preço de emissão foi fixado com fundamento no artigo 170, § 1.º, inciso III, da Lei 6.404/76, com base no preço médio ponderado por volume das ações da ATMA no mercado nos 30 (trinta) pregões anteriores ao dia 11 de outubro de 2019 (inclusive).

O Compromisso do FIP Nilai e a eficácia do Aumento de Capital ficaram condicionados, nos termos do artigo 126 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, (i) à previa emissão de novas debêntures que contemplassem novas condições para a dívida financeira da Companhia e (ii) à aprovação da integração de negócios pelas autoridades de defesa da concorrência, nos termos previstos na Proposta de Integração (“Condições Suspensivas de Eficácia”).

Em 05/11/2019 a Companhia obteve a aprovação sem restrições pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”), conforme do Ato de Concentração nº 08700.004857/2019-31, permitindo a integração de negócios entre a Companhia e a ETS.

Em 08/11/2019 a Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia aprovou o aumento de capital no montante de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), mediante o aporte pelo FIP Nilai da totalidade das ações de emissão da ETS. A eficácia do aumento de capital permanecia na dependência da renegociação da dívida financeira da Companhia.

Em 30/12/2019 a Companhia protocolou seu Plano de Recuperação Extrajudicial para Reestruturação de seu Endividamento Financeiro. Na mesma data, o FIP Nilai renunciou à condição suspensiva de emissão de novas debêntures pela Companhia no âmbito da renegociação de sua dívida, estabelecendo a data de 06/01/2020 como marco para a eficácia do aumento de capital e cessão das ações da ETS para a Companhia. Considerando o período concedido para o exercício do direito de preferência dos acionistas, o FIP Nilai tornou-se o acionista majoritário em 12/02/2020.

Em assembleia extraordinária de acionistas, realizada em 9 de março de 2020, foi aprovada a alteração da razão social da LIQ Participações S.A. para ATMA Participações S.A., passando a vigorar a partir de 20 de março de 2020.

A união dessas operações deverá gerar valor para os acionistas por conta das sinergias operacionais e comerciais esperadas e propiciará uma diversificação do portfólio de serviços da Companhia, uma vez que agregará os segmentos de negócios de Operação/Manutenção

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Industrial, Facilities e IoT, bem como reforçando seu posicionamento no segmento de trade marketing.

Em 14 de julho de 2020, o juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperação Judicial do Foro Central de São Paulo homologou, em sua integralidade, o Plano de Recuperação Extrajudicial da Companhia.

A nova administração, que tomou posse em junho de 2019, iniciou um profundo, focado e efetivo processo de transformação da Companhia, que envolve a revisão e ajustes de todos os processos e estruturas com o objetivo de iniciar um novo ciclo, após mais de 4 anos de forte retração dos principais indicadores da Companhia.

Em 2019, a Receita Operacional Líquida (ROL) da Companhia foi de R\$ 862,8 milhões, representando uma redução de 36,6% em relação a 2018. Em 2018, a Receita Operacional Líquida (ROL) da Companhia foi de R\$ 1.360,4 milhões, representando uma redução de 20,0% em relação a 2017, que foi de R\$ 1.700,8 milhões. Em 2017, a receita teve uma queda de 16,7% em relação ao ano de 2016, que foi de R\$ 2.042,6 milhões. A ROL foi impactada pelo novo volume demandado pelos clientes ao longo dos períodos analisados.

Em 2019, o Custo dos Serviços Prestados totalizou R\$ 1.010,0 milhões, representando uma redução de 27,5% em relação a 2018. Em 2018, o Custo dos Serviços Prestados totalizou R\$ 1.393,0 milhões, isto é, uma baixa de 19,4% em relação a 2017 que foi de R\$ 1.727,9 milhões. O Prejuízo Bruto em 2019 foi de R\$ 147,2 milhões, com margem bruta de (17,1%), (1,6%) e 4,6% respectivamente aos períodos de 2018, 2017 e 2016.

Em 2019, o EBITDA totalizou R\$ (157) milhões, com margem EBITDA de -18,2%, comparada ao EBITDA de R\$ 12,8 milhões, com margem EBITDA de 0,7% em 2018 e de R\$ (144,0) milhões com margem EBITDA de -8,5% em 2017. No ano de 2019, a Companhia registrou Prejuízo Líquido de R\$ 422,4 milhões, em comparação a Prejuízo Líquido de R\$ 223,4 milhões em 2018 e Prejuízo Líquido de R\$ 386,4 milhões em 2017. A variação em 2019 reflete principalmente a redução da receita no período, conforme exposto acima.

Por sua vez o caixa líquido proveniente das atividades operacionais foi um saldo positivo de R\$ 16,3 milhões em 2019, comparado com um saldo negativo de R\$ 60,6 milhões em 2018 e um saldo positivo de R\$ 26,9 milhões em 2017.

	Em R\$ milhões		
Fluxo de caixa	2019	2018	2017
Caixa líquido das atividades operacionais	16,3	(60,6)	26,9
Caixa líquido das atividades de investimento	(6,6)	(11,2)	(24,0)
Caixa líquido das atividades de financiamento	(61,6)	(33,6)	(118,7)
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	14,3	(5,6)	(1,6)
Acréscimo (redução) líquido em caixa	(37,6)	(111,0)	(117,4)
Caixa no início do exercício	95,5	206,5	323,9
Caixa no fim do exercício	57,9	95,5	206,5

Ademais, a Companhia apresentou os seguintes indicadores:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Indicadores	Em R\$ milhões (Exceto percentuais)			19 x 18	18 x 17	19 x 18	18 x 17
	2019	2018	2017				
Disponibilidades	57,9	95,5	206,5	(37,6)	(111,0)	-39%	-54%
Dívida	(161,4)	(149,7)	(1.219,1)	(11,7)	(1.069,4)	8%	-88%
Endividamento	(2,8)	(1,6)	(5,9)	(1,2)	(4,3)	78%	-73%
Caixa líquido permanente das (usado nas) atividades operacionais	16,3	(60,6)	26,9	76,9	87,5	-127%	-325%

A posição de caixa e equivalentes de caixa ao final de 2019 era de R\$ 57,9 milhões, apresentando redução de R\$ 37,6 milhões em relação a 2017.

	2019	2018	2017
Índice de liquidez geral	0,89	1,07	0,79
Índice de liquidez corrente	0,49	0,96	1,46

b) estrutura de capital

A Dívida Líquida consolidada ao final do ano de 2019 foi de R\$ 103,5 milhões, menor em R\$ 51 milhões na comparação com 2018.

A Companhia, em dezembro de 2018, iniciou entendimentos com seus credores financeiros para estabelecer novos termos e condições de seu endividamento financeiro com o objetivo de consolidar suas dívidas em uma nova emissão de debênture com previsão de conversibilidade em ações (7ª emissão).

Ao longo de 2019 foram realizadas reuniões com seus credores financeiros com o intuito de obter a adesão destes à proposta de renegociação. Em dezembro de 2019, a Companhia concluiu a fase de negociação de seu endividamento.

A Reestruturação do Endividamento Financeiro da Companhia foi feita por meio de um Plano de Recuperação Extrajudicial (“Plano”), no qual a Companhia obteve a adesão legalmente necessária de mais de 60% dos créditos para sua aprovação, percentual este que vincula todos os credores financeiros ao Plano. O Plano abrange unicamente os credores financeiros e não envolve seus fornecedores e seus colaboradores.

Em 30 de dezembro de 2019, a Companhia e sua subsidiária Liq Corp S.A. ajuizaram o Pedido de Homologação do Plano de Recuperação Extrajudicial da Dívida Financeira (“Pedido”) na 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP, sob o nº 1000687-91.2019.8.26.0228.

O referido pedido foi aprovado pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03 de fevereiro de 2020, autorizando a Administração a praticar os atos necessários para seu seguimento.

Em 14 de julho de 2020, o juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperação Judicial do Foro Central de São Paulo homologou, em sua integralidade, o Plano de Recuperação Extrajudicial da Companhia. Após a homologação do Plano, as dívidas financeiras da Companhia seguirão os novos termos e condições acordados e passarão a ser aplicáveis a todos os credores financeiros, na forma do Pedido e do Plano.

O valor total do endividamento financeiro no Plano (denominado como “Créditos Abrangidos”) é de R\$1.268.323.606,43 (um bilhão, duzentos e sessenta e oito milhões, trezentos e vinte e três mil, seiscentos e seis reais e quarenta e três centavos).

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Nos últimos anos, a ATMA, após investimentos em novos negócios e redução de volume de receita, teve uma piora na sua posição de liquidez.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Tal piora foi mitigada pela conclusão do alongamento da dívida financeira, que pelos novos cronogramas de amortização, possui vencimentos concentrados em 2038. São monitorados constantemente os fluxos de caixa esperados, valendo-se das Políticas de Risco e de Caixa mínimo.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A principal fonte de capital de giro da Companhia nos 3 últimos exercícios foi a geração de caixa e a utilização de suas disponibilidades financeiras.

A Administração da Companhia acredita que os recursos financeiros disponíveis são suficientes para a sustentabilidade operacional da Companhia, atendendo às necessidades de capital de giro e de investimentos nos próximos 12 meses.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia iniciou no 2º semestre de 2019 o processo de turnaround efetuando importantes ações de reestruturação e redução dos custos e despesas, objetivando maior eficiência e qualidade dos serviços prestados. Esses esforços devem resultar na construção das oportunidades necessárias para que a Companhia obtenha as disponibilidades suficientes para atender as necessidades regulares de capital da Companhia.

Adicionalmente, em 30 de dezembro de 2019 a Companhia e sua subsidiária Liq Corp S.A. ajuizaram o Pedido de Homologação do Plano de Recuperação Extrajudicial da Dívida Financeira (“Pedido”) na 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP, sob o nº 1000687- 91.2019.8.26.0228. Em 14 de julho de 2020, o Plano de Recuperação Judicial foi homologado pelo juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperação Judicial do Foro Central de São Paulo.

Após a homologação do Plano, as dívidas financeiras da Companhia seguirão os novos termos e condições acordados e passarão a ser aplicáveis a todos os credores financeiros, na forma do Pedido e do Plano, que prevê um reescalonamento de sua dívida, com vencimento alongado para 2038.

A reestruturação do endividamento financeiro da Companhia reflete a confiança dos credores financeiros na sua capacidade operacional e abre portas para novas negociações e fontes de financiamento para capital de giro e futuros investimentos.

f) níveis de endividamento e características das dívidas

O nível de endividamento consolidado da Companhia, nos últimos três exercícios foram:

	Em R\$ milhões		
	2019	2018	2017
Reconciliação do caixa líquido			
Capital de terceiros (Dívida Bruta)	161,4	149,7	1.219,1
Disponibilidades	57,9	95,5	206,5
Dívida Líquida	(103,5)	(52,5)	(1.009,7)
Lucro operacional EBITDA	(157,0)	12,8	(144,0)
Dívida Líquida / EBITDA	0,7	(4,1)	7,0

As características das dívidas estão especificadas no item 10.1.g abaixo.

g) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

O endividamento financeiro da Companhia detalhado a seguir foi objeto de um Plano de Recuperação Extrajudicial (vide item 10.1.b acima), o qual foi homologado em 14 de julho de 2020 e que culminará na emissão de novas debêntures na forma da 7ª emissão (vide item 10.3.c abaixo).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A abertura abaixo não reflete o endividamento financeiro que foi proposto no Plano de Recuperação Extrajudicial.

Debêntures

O quadro abaixo apresenta um resumo das debêntures emitidas pela Companhia:

Controladora e Consolidado													
Na data da emissão													
Tipo de emissão	Emissão e Série	Data de emissão	Venciment o final	Quantidade emitida	P.U. emissão	Custo de emissão	Prêmio	Quantidade em circulação	Encargos a.a.	Taxa média	P.M.V.A. (i)	31/12/2019	31/12/2018
										efetiva de juros a.a.			
Pública	1ª Emissão - 1ª Série	15/12/11	15/08/30	21.264	10.000	1.159	761	855	CDI + 1,25%	6,65%	9,9	534	354
Pública	1ª Emissão - 2ª Série	15/12/11	15/08/30	18.736	10.000	1.022	670	324	IPCA + 7,884%	8,05%	10,1	288	183
Pública	2ª Emissão - 1ª Série	15/08/12	15/05/35	126.719	1.000	658	1.535	126.719	CDI + 2,50%	7,90%	10,5	10.870	6.259
Pública	2ª Emissão - 2ª Série	15/08/12	15/12/21	126.719	1.000	658	1.535	18	TJLP + 2,5%	9,48%	3,8	20	20
Pública	3ª Emissão - Serie Única	29/08/14	15/08/30	31.000	10.000	1.345	-	1.142	CDI + 1,25%	6,65%	9,9	692	459
Pública	5ª Emissão - 1ª Série	20/03/18	15/12/27	376.927.142	1	389	-	376.927.142	CDI + 1,25%	6,65%	5,8	20.530	13.619
Pública	5ª Emissão - 2ª Série	20/03/18	15/08/30	121.237.978	1	125	-	121.237.978	CDI + 2,50%	7,90%	12,4	6.664	4.423
Pública	5ª Emissão - 3ª Série	20/03/18	15/08/30	151.039.356	1	156	-	82.052.068	CDI + 2,50%	7,90%	12,4	4.510	4.845
Pública	5ª Emissão - 4ª Série	20/03/18	15/05/35	268.984.719	1	278	-	63.123.434	CDI + 2,50%	7,90%	10,7	3.469	9.091
Pública	6ª Emissão - 1ª Série	20/03/18	30/12/35	122.419.299	1	126	-	-	CDI + 2,50%	7,90%	12,4	-	3.765
												47.577	43.018
Derivativos embutidos sobre debêntures												-	9.665
Total												47.577	52.683
Circulante												20	20
Não circulante												47.557	52.663

O valor justo das debêntures considerou a taxa média indicativa de negociação da ANBIMA (Pu/par) no último dia de negociação do ano.

O cronograma de vencimento das debêntures está apresentado abaixo, sem considerar as novas disposições da homologação do plano de recuperação extrajudicial, ocorrida em 14 de julho de 2020:

							Consolidado
							31/12/2019
	2020	2021	2022	2023	2024	2025 em diante	Total
Valor justo	20	13.825	2.128	2.134	2.141	27.329	47.577
Valor contratual	269.823	22.452	44.981	45.112	45.270	577.799	1.005.437

A movimentação de debêntures do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 está apresentada a seguir:

Consolidado						
Tipo de emissão	Emissão e Série	31/12/2018	Encargos Financeiros	Conversão em ações (i)	Variação Valor Justo	31/12/2019
Pública	1ª Emissão - 1ª Série	354	574	-	(394)	534
Pública	1ª Emissão - 2ª Série	183	298	-	(193)	288
Pública	2ª Emissão - 1ª Série	6.259	10.079	-	(5.468)	10.870
Pública	2ª Emissão - 2ª Série	20	-	-	-	20
Pública	3ª Emissão - Serie Única	459	750	-	(517)	692
Pública	5ª Emissão - 1ª Série	13.619	19.096	-	(12.185)	20.530
Pública	5ª Emissão - 2ª Série	4.423	6.141	-	(3.900)	6.664
Pública	5ª Emissão - 3ª Série (i)	4.845	7.609	(56.355)	48.411	4.510
Pública	5ª Emissão - 4ª Série (i)	9.091	11.266	(206.994)	190.106	3.469
Pública	6ª Emissão - 1ª Série (i)	3.765	2.432	(114.719)	108.522	-
		43.018	58.245	(378.068)	324.382	47.577
Derivativos embutidos sobre debêntures		9.665	-	-	(9.665)	-
Total		52.683	58.245	(378.068)	314.717	47.577
Circulante		20				20
Não circulante		52.663				47.557

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- (i) Durante o exercício de 2019 foram realizadas conversões de debêntures em ações ordinárias da Companhia, representando um aumento de capital de R\$ 373.192, líquidos de IR e CS de R\$ 4.876, conforme quadro adiante:

Emissão e Série	Debêntures convertidas	Ações ordinárias emitidas	Aumento de capital (R\$ mil), líquido de IR/CS
5ª Emissão - 3ª Série	50.774.974	341.797	55.628
5ª Emissão - 4ª Série	186.089.276	1.254.045	204.343
6ª Emissão - 1ª Série	103.223.578	694.751	113.221
	340.087.828	2.290.593	373.192

Apresenta-se a seguir o detalhamento das debêntures em vigor em 31 de dezembro de 2019. Esses títulos de dívida fazem parte do plano de recuperação extrajudicial do passivo financeiro da Companhia, o qual foi homologado em 14 de julho de 2019 e que culminará na emissão de novas debêntures:

1ª Emissão de Debêntures de 1ª e 2ª série

Em 13 de junho de 2019 foi aprovado o 8º aditamento à escritura da 1ª emissão de debêntures da 1ª e 2ª séries com novos termos e condições das debêntures que produzirão efeito a partir da celebração do instrumento contratual da 7ª emissão de debêntures da Companhia, com previsão de execução no 1º semestre de 2020. As principais características do aditamento são: (i) a data de vencimento será 15 de dezembro de 2038; (ii) o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em parcelas trimestrais e sucessivas no período compreendido entre 15 de março de 2022 (inclusive) e 15 de dezembro de 2025 (inclusive), sendo a última parcela devida na Nova Data de Vencimento das Debêntures, nos termos da Cláusula 6.14 da Escritura; (iii) pagamentos da Remuneração serão realizados trimestralmente, sempre no dia 15 dos meses de março, junho, setembro e dezembro, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de março de 2022 e os demais pagamentos em períodos idênticos e sucessivos até 15 de dezembro de 2025, sendo o pagamento final na Nova Data de Vencimento das Debêntures, nos termos da Cláusula 6.15.1.2 da Escritura; e (iv) a remuneração da debênture será equivalente à variação acumulada da taxa referencial ("TR") acrescida exponencialmente de spread conforme disposto nas Cláusulas 6.15.1.1 e 6.15.1.2. A íntegra das alterações consta no 8º aditamento à Escritura está disponibilizada no site da Companhia.

2ª Emissão de Debêntures não conversíveis

Em 14 de dezembro de 2017 foi aprovado o 8º aditamento da escritura de debêntures da 2ª emissão de debêntures da 1ª série com novos termos e condições das debêntures que produzirão efeito a partir da efetiva celebração do instrumento contratual da 7ª emissão de debêntures da Companhia, com previsão de execução no 1º semestre de 2020. As principais características do aditamento são: (i) a data de vencimento será 15 de maio de 2035; (ii) o cronograma de amortização será em parcelas trimestrais e sucessivas a partir de 15 de março de 2020; (iii) a remuneração até 15/12/2018 (inclusive) será capitalizada e incorporada, sendo exigível no período de 15/03/2019 (inclusive) até 15/12/2023 (inclusive), com percentuais de amortização e remuneração de acordo nos termos do 8º Aditamento à Escritura; e (iv) a remuneração da debênture é CDI + 2,50% ao ano. A íntegra das alterações consta do 8º Aditamento à Escritura está disponibilizada no site da Companhia. Em 17 de junho de 2019, o BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, representando 99,97% da 2ª Emissão Privada de Debêntures da Companhia, decretou o vencimento antecipado emissão.

3ª Emissão de Debêntures Série Única

Em 13 de junho de 2019 foi aprovado o 8º aditamento à escritura da 3ª emissão de debêntures com novos termos e condições das debêntures que produzirão efeito a partir da efetiva celebração do instrumento contratual da 7ª emissão de debêntures da Companhia, com previsão de execução no 1º semestre de 2020. As principais características do aditamento são: (i) a data de vencimento será 15 de dezembro de 2038; (ii) o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em parcelas trimestrais e sucessivas no período compreendido entre 15 de março de 2022 (inclusive) e 15 de dezembro de 2025 (inclusive), sendo a última parcela devida na Nova Data de Vencimento das Debêntures, nos termos da Cláusula 6.14 da Escritura; (iii) os pagamentos da Remuneração serão realizados trimestralmente no dia 15 dos meses de março, junho, setembro e dezembro, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de março de 2022 (inclusive) e os demais pagamentos em períodos idênticos e sucessivos até 15 de dezembro de 2025 (inclusive), sendo o pagamento final na Nova Data de Vencimento das Debêntures, nos termos da Cláusula 6.15 da Escritura; e (iv) a remuneração da debênture será equivalente à variação acumulada da

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

taxa referencial ("TR") acrescida exponencialmente de spread conforme disposto nas Cláusulas 6.15.1.1 e 6.15.1.2. A íntegra das alterações consta no 8º aditamento à Escritura está disponibilizada no site da Companhia.

5ª Emissão de Debêntures 1ª e 2ª séries (não conversíveis) – 3ª e 4ª séries (conversíveis)

Em 13 de junho de 2019 foi aprovado o 2º aditamento à escritura da 5ª emissão de debêntures da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries com novos termos e condições das debêntures que produzirão efeito a partir da efetiva celebração do instrumento contratual da 7ª emissão de debêntures da Companhia, com previsão de execução no 1º semestre de 2020. As principais características do aditamento são: (i) a data de vencimento será 15 de dezembro de 2038; (ii) Liberação da Garantia Real, na forma de Cessão Fiduciária em favor do Agente Fiduciário e demais credores das Dívidas Financeiras Endereçadas, e das respectivas obrigações decorrentes da Garantia Real, por meio da exclusão da Cláusula 4.8.2 da Escritura; (iii) o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em parcelas trimestrais e sucessivas no período compreendido entre 15 de março de 2022 (inclusive) e 15 de dezembro de 2025 (inclusive), sendo a última parcela devida na Nova Data de Vencimento das Debêntures, nos termos da Cláusula 4.10.2 da Escritura; (iv) os pagamentos da Remuneração serão realizados trimestralmente no dia 15 dos meses de março, junho, setembro e dezembro, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de março de 2022 (inclusive) e os demais pagamentos em períodos idênticos e sucessivos até 15 de dezembro de 2025 (inclusive), sendo o pagamento final na Nova Data de Vencimento das Debêntures, nos termos da Cláusula 4.11 da Escritura; e (v) a remuneração da debênture será equivalente à variação acumulada da taxa referencial ("TR") acrescida exponencialmente de spread conforme disposto nas Cláusulas 4.9.1.1 e 4.9.1.2. A íntegra das alterações consta no 2º aditamento à Escritura está disponibilizada no site da Companhia.

Empréstimos e Financiamento

A composição da posição de empréstimos e financiamentos contraídos pela Companhia e vigentes na data de 31 de dezembro de 2019 está apresentada a seguir:

Objeto	Vigência		Encargos financeiros a.a.	Taxa efetiva	Consolidado	
	Início	Vencimento			31/12/2019	31/12/2018
Em moeda nacional						
BNDES – PSI	10/2014	06/2019	6,00%	6,00%	-	93
SAFRA	03/2016	02/2019	CDI + 1,25% a.a.	7,65%	-	4.412
TCD – SANTANDER	06/2017	12/2027	CDI + 1,25% a.a.	7,65%	61.018	45.313
ICD BANCO DO BRASIL	12/2017	12/2027	CDI + 1,25% a.a.	7,65%	45.930	34.685
ICD SOCIÉTÉ	05/2016	07/2021	CDI + 1,25% a.a.	7,65%	6.858	10.765
					113.806	95.268
Circulante					113.806	88.916
Não circulante					-	6.352

Apresenta-se adiante um breve descritivo dos contratos de empréstimos e financiamentos vigentes em 31 de dezembro de 2019. Conforme apresentado acima, esses títulos de dívida fazem parte do plano de recuperação extrajudicial do passivo financeiro da Companhia, já homologado, que culminará na emissão de novas debêntures conforme descrito no plano:

BNDES – PSI: No âmbito do Programa de Sustentação do Investimento do BNDES, em 16 de dezembro de 2014 a subsidiária integral Liq Corp S.A. contraiu empréstimo para aquisição de equipamentos de informática. O vencimento final desta obrigação ocorreu em 15 de junho de 2019. Em garantia ao financiamento, a Liq Corp S.A. ofereceu avais e alienação fiduciária dos equipamentos adquiridos por meio desse contrato.

TCD -Santander: Em 11 de julho de 2017 a Companhia celebrou um Termo de Confissão de Dívida (TCD) com o Santander no valor de R\$ 140.192, com vencimento em 15 de setembro de 2017 e taxa de remuneração de CDI + 1,25% a.a.. A dívida que originou o TCD é decorrente da execução de fiança em que o banco figurava como garantidor do contrato de financiamento da Liq Corp S.A. com o BNDES.

Em 01/12/2017 o Santander concordou com o perdão parcial da dívida correspondente a 25% da

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

totalidade do saldo de principal, juros remuneratórios e eventuais encargos devidos e não pagos da Dívida Confessada pela Companhia ao Banco na referida data de eficácia (14/12/2017), alterando também o vencimento para 15/12/2027, sendo os prazos de amortização em parcelas trimestrais e sucessivas a partir de 15/03/2020.

A remuneração foi capitalizada e incorporada até 15/12/2018, passando para 100% do CDI e acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 1,25% a.a. até 14/12/2019 (inclusive) e 2,50% a.a. a partir de 15/12/2019 (inclusive) e até o vencimento em 15/12/2027.

As parcelas trimestrais vencidas em 2019 não foram liquidadas.

ICD Banco do Brasil: Em 06/12/2017 a Companhia realizou Instrumento de Confissão de Dívida (ICD) ao Banco do Brasil no valor R\$ 104.332. Em 14/12/2017, data de eficácia, o Banco do Brasil concorda em refletir o perdão parcial da dívida correspondente a 25% da totalidade do saldo de principal, juros remuneratórios e eventuais encargos devidos e não pagos da dívida confessada pela Companhia ao Banco em 06/12/2017, alterando-se também o vencimento para 15/12/2027, sendo os prazos de amortização em parcelas trimestrais e sucessivas a partir de 15/03/2020. A remuneração foi capitalizada e incorporada até 15/12/2018, passando para 100% do CDI e acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 1,25% a.a. até 14/12/2019 (inclusive) e 2,50% a.a. a partir de 15/12/2019 (inclusive) e até o vencimento em 15/12/2027.

As parcelas trimestrais vencidas em 2019 não foram liquidadas.

ICD Societé: Em 25 de maio de 2016 a Companhia celebrou o Instrumento particular de Confissão de Dívida (ICD) com o Banco Societé Générale Brasil (BSGB) com vencimento em 29 de março de 2019 e taxa de remuneração de CDI + 1,25% a.a. A dívida que originou o ICD é decorrente da cessão de créditos de um fornecedor de informática da Companhia para o BSGB com origem em licenças de softwares concedidas por este fornecedor. Em acordo entre as partes celebrado em 9 de agosto de 2017, a data de liquidação do ICD foi postergada para 29 de julho de 2021.

A movimentação de empréstimos e financiamentos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 está apresentada a seguir:

	Controladora			
	31/12/2018	Amortização principal	Encargos financeiros	Apropriação dos custos
ICD BANCO DO BRASIL	34.685	-	11.231	14
Total	34.685	-	11.231	14

	Consolidado				
	31/12/2018	Amortização principal	Amortização juros (i)	Encargos financeiros	Apropriação dos custos
BNDES - PSI	93	(93)	(1)	1	-
SAFRA	4.412	(4.408)	(41)	37	-
TCD - SANTANDER	45.313	-	-	15.690	15
ICD BANCO DO BRASIL	34.685	-	-	11.231	14
ICD SOCIÉTÉ	10.765	(4.346)	(189)	628	-
Total	95.268	(8.847)	(231)	27.587	29

O cronograma de vencimento do endividamento está apresentado a seguir:

	Consolidado			
	31/12/2019			
	2020	2021	2022	Total
Valor justo	111.466	2.340	-	113.806
Valor contratual	226.980	2.340	-	229.320

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

CLAÚSULAS RESTRITIVAS (“Covenants”)

O endividamento financeiro da Companhia contempla a obrigação da manutenção de índices financeiros (“covenants”) de forma a evitar o vencimento antecipado da dívida. Destaca-se que, no caso de inobservância a esta exigência, o vencimento antecipado não é automático, devendo a Companhia informar ao agente fiduciário e a seus credores o descumprimento para que este, por sua vez, no prazo máximo de 5 dias úteis, convoque uma assembleia geral de debenturistas para deliberar sobre o vencimento antecipado das obrigações contraídas pela Companhia.

Os índices previstos nas escrituras das debêntures para o exercício de 2019 foram os seguintes:

Índices	Ratio
Dívida Líquida/EBITDA	Igual ou superior a 6,5
EBITDA/Despesas financeiras líquidas	Igual ou superior a 1,0

Em 02 e 14 de outubro de 2019 e 07 de novembro de 2019, os debenturistas da 5ª, 3ª e 1ª emissões, respectivamente, aprovaram a dispensa do início de procedimentos judiciais e/ou extrajudiciais em face da Companhia para realização dos créditos dos Debenturistas pelo prazo de 90 dias contados a partir das datas das Assembleias. Posteriormente, em 30 de janeiro de 2020, os debenturistas da 5ª e 3ª emissões, aprovaram a prorrogação por mais 120 dias da dispensa do início de procedimentos judiciais e/ou extrajudiciais em face da Companhia para realização dos créditos dos Debenturistas. Adicionalmente, em 22 e 23 de junho de 2020, os debenturistas da 5ª e 3ª emissões, respectivamente, aprovaram a postergação da dispensa por novo período de 120 dias. Da mesma forma, em 10 de março de 2020, os debenturistas da 1ª emissão aprovaram por a dispensa do agente fiduciário pelo mesmo período de 120 dias.

Especificamente em relação às debêntures da 2ª emissão, em Assembleia realizada em 20 de setembro de 2019, os debenturistas aprovaram a adoção das medidas extrajudiciais previstas no Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Contas Bancárias e Outras Avenças (“Contrato de Cessão Fiduciária de Contas”) celebrado no âmbito da Emissão. Na mesma assembleia os debenturistas decidiram por suspender por 2 meses a assembleia para avaliação de outras medidas a serem adotadas em relação a este item. Em 31 de dezembro de 2019, o valor total das debêntures da 2ª emissão foi classificado no passivo circulante.

Com a homologação do Plano de Recuperação Extrajudicial da Companhia, todas as dívidas financeiras foram reestruturadas e alocadas da seguinte forma:

- 1) Os titulares de Créditos Abrangidos terão suas dívidas novadas e os títulos representativos de seus créditos serão substituídos por debêntures, subscritas no âmbito da Escritura da 7ª Emissão de Debêntures da Liq Participações S.A., com garantia fidejussória da Liq Corp S.A.;
- 2) Na forma da referida Escritura, serão emitidas 4 (quatro) diferentes Séries de debêntures, com diferentes formas de pagamento, a serem escolhidas por cada Credor Abrangido, na forma do Plano;
- 3) Os Credores Abrangidos poderão optar por alocar seus créditos, na proporção de 10% (dez por cento) – 90% (noventa por cento) do crédito, nas debêntures das (a) Primeira Série – Terceira Série, que são conversíveis em ações representativas do capital social da emitente, ou das (b) Segunda Série – Quarta Série, não conversíveis em ações.

A alocação dos créditos pode ser verificada de acordo com a tabela abaixo:

Série	Remuneração	Conversibilidade	Alocação	Pagamento
1ª	CDI	Sim	10%	Trimestrais, de acordo com fluxo
2ª	CDI	Não	10%	Trimestrais, de acordo com fluxo
3ª	TR	Sim	90%	Vencimento
4ª	TR	Não	90%	Vencimento

Os titulares dos Créditos Abrangidos que, por razões legais e/ou regulatórias, não puderem subscrever e integralizar as Debêntures 7ª Emissão, serão pagos por meio da adesão ao presente Plano, nos mesmos termos e condições financeiros atribuídos à Opção A ou Opção B estabelecidas para pagamento das

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Debêntures 7ª Emissão. Nesta hipótese, o Credor Abrangido deverá optar, no prazo previsto na Cláusula 3.2.1, mediante a celebração do Termo de Opção de Pagamento, pelo pagamento de seus Créditos Abrangidos conforme Opção A, Opção B.1 ou Opção B.2 previstas abaixo:

1. Opção A – Conversibilidade em Ações: os Créditos Abrangidos serão pagos em uma parcela única devida em 15 de dezembro de 2038, corrigidos monetariamente pela variação acumulada da Taxa Referencial, do primeiro dia do respectivo mês anualizada, divulgada pelo Banco Central do Brasil, calculada *pro rata temporis*, por Dias Úteis, capitalizada de sobretaxa de 1% (um por cento) ao ano, incidentes sobre o Crédito Não Abrangido, calculados, por Dias Úteis, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidente desde a Homologação Judicial até a data do efetivo pagamento. Sem prejuízo, os Credores Abrangidos que escolherem a Opção A poderão, nos mesmos períodos de conversão previstos na Cláusula 4.2.2.1, converter seus Créditos Abrangidos em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Liq Participações pelo Preço de Referência Ajustado;
2. Opção B.1 – Conversibilidade em Ações: pagamento de: (a) 10% (dez por cento) do Crédito Abrangido em parcelas trimestrais variáveis conforme cronograma de pagamentos previsto no Anexo 4.1.1-II, com vencimento em 15 de dezembro de 2025, remunerado conforme 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de 1 (um) dia, “over extragrupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 – Segmento CETIP UTM no informativo diário disponível em sua página da Internet, acrescida exponencialmente de um spread ou sobretaxa de 1% (um por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis; e (b) 90% (noventa por cento) do Crédito Abrangido em uma parcela única devida em 15 de dezembro de 2038, corrigido monetariamente pela variação acumulada da Taxa Referencial, do primeiro dia do respectivo mês anualizada, divulgada pelo Banco Central do Brasil, calculada *pro rata temporis*, por Dias Úteis, capitalizada de sobretaxa de 1% (um por cento) ao ano, incidentes sobre o Crédito Não Abrangido, calculados, por Dias Úteis, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidente desde a Homologação Judicial até a data do efetivo pagamento. Sem prejuízo, os Credores Abrangidos que escolherem a Opção B.1 poderão, nos mesmos períodos de conversão previstos na Cláusula 4.2.2.1, converter seus Créditos Abrangidos em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Liq Participações pelo Preço de Referência Ajustado; e
3. Opção B.2. – Não Conversibilidade em Ações. Pagamento de: (a) 10% (dez por cento) do Crédito Abrangido em parcelas trimestrais variáveis conforme cronograma de pagamentos previsto no Anexo 4.1.1-III do Plano, com vencimento em 15 de dezembro de 2025, remunerado conforme 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de 1 (um) dia, “over extragrupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 – Segmento CETIP UTM no informativo diário disponível em sua página da Internet, acrescida exponencialmente de um spread ou sobretaxa de 1% (um por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, e; (b) 90% (noventa por cento) do Crédito Abrangido em uma parcela única devida em 15 de dezembro de 2038, com uma remuneração equivalente à variação acumulada da Taxa Referencial do primeiro dia do respectivo mês anualizada, divulgada pelo Banco Central do Brasil, calculada *pro rata temporis*, por Dias Úteis, capitalizada de sobretaxa de 1% (um por cento) ao ano, incidentes sobre o Crédito Não Abrangido, calculados, por Dias Úteis, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidente desde a Homologação Judicial até a data do efetivo pagamento.

A íntegra do plano encontra-se disponível no site da Companhia: www.atmasa.com.br.

h) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Nos últimos 3 exercícios a Companhia não contratou novas linhas de financiamento, e atualmente não há limites a serem utilizados.

i) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**Receita Operacional Líquida**

Em 2019, a Companhia registrou ROL de R\$ 862,8 milhões versus R\$ 1.360,4 milhões no ano anterior, a queda é resultado da redução na demanda por serviços dos clientes em relação aos períodos analisados.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Entretanto, no 4T19, a Receita Operacional Líquida Recorrente já se mostra estável. Adicionalmente, as ações comerciais resultaram na implantação de novos clientes, diversificando a carteira de contratantes em novos setores de mercado e portfólio de serviços.

R\$ milhões	2019	2018	2019 vs. 2018
Receita Operacional Bruta			
Serviços de Contact Center	750,1	1.292,4	-42,0%
Serviços de Trade Marketing	193,2	189,9	1,7%
Serviços de desenvolvimento de software	15,5	23,1	-32,9%
Receita Operacional Bruta	958,8	1.505,4	-36,6%
Imposto sobre vendas	(96,0)	(145,0)	-33,8%
Receita Operacional Líquida	862,8	1.360,4	-36,6%

Resultado Bruto e Custos dos Serviços Prestados

A companhia mantém o foco em iniciativas de redução dos Custos dos Serviços Prestados (CSP), encerrando 2019 com uma queda de 30,6% quando comparado ao ano anterior.

A nova gestão se concentrou na adequação (i) da capacidade operacional; (ii) da base de sites em operação, e (iii) dos contratos com todos os fornecedores, que impactou positivamente a estrutura de custos da Companhia.

Nos quadros abaixo, disponibilizamos os valores sem depreciação para composição do EBITDA.

R\$ milhões	2019	2018	2019 vs. 2018
Receita Operacional Líquida	862,8	1.360,4	-36,6%
CSP	(940,7)	(1.355,9)	-30,6%
Resultado Bruto	(77,9)	4,6	n.m.
Margem Bruta	-9,0%	0,3%	n.m.

R\$ milhões	2019	2018	2019 vs. 2018
Custos dos Serviços Prestados	(940,7)	(1.355,9)	-30,6%
Pessoal	(709,5)	(1.027,0)	-30,9%
Contingências Trabalhistas	(70,9)	(100,4)	-29,4%
Serviços de Terceiros	(74,7)	(99,9)	-25,2%
Aluguéis e Seguros	(16,7)	(61,9)	-73,0%
Outros	(68,9)	(66,6)	3,5%

Despesas Comerciais, Gerais e Administrativas (SG&A), e Outras Despesas e Receita

Nos quadros abaixo, apresentamos os valores sem depreciação para composição do EBITDA.

R\$ milhões	2019	2018	2019 vs. 2018
SG&A	(83,4)	(117,9)	-29,3%
Pessoal	(40,8)	(56,7)	-28,0%
Serviços de Terceiros	(26,2)	(35,1)	-25,4%
Aluguéis e Seguros	(4,1)	(5,6)	-26,8%
Contingências Trabalhistas	(1,7)	(6,4)	-73,4%
Outros	(10,6)	(14,0)	-24,3%
Outras Despesas e Receitas Operacionais	4,3	126,1	-96,6%
Despesas Totais	(79,1)	8,2	n.m.

n.m. – não mensurável

As Despesas Comerciais, Gerais e Administrativas (SG&A) em 2019 totalizaram R\$ 83,4 milhões, versus R\$ 117,9 milhões em 2018, uma queda de 29,3% no período, resultado das ações de turnaround intensificadas pela nova gestão.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Outras Despesas e Receitas Operacionais registraram um saldo positivo de R\$ 4,3 milhões em 2019, comparado a um saldo positivo de R\$ 126,1 milhões no ano anterior, em função da revisão em 2018 dos valores provisionados para o RAT (R\$ 79,8 milhões) que passou a ser considerado como de risco possível. Excluindo-se tal reversão, Outras Despesas e Receitas Operacionais registraram um saldo positivo de R\$ 46,3 milhões.

EBITDA

O EBITDA de 2019 ficou negativo em R\$ 157 milhões, com margem -18,2%, comparado a um EBITDA de R\$ 12,8 milhões com margem de 0,9% em 2018. Resultado impactado pelas ações de turnaround realizadas ao longo do 2º semestre.

A Companhia segue focada na eficiência operacional, para a retomada da lucratividade no curto/médio prazo.

R\$ milhões	2019	2018	2019 vs. 2018
Receita Operacional Líquida	862,8	1.360,4	-36,6%
Custo dos Serviços Prestados	(940,7)	(1.355,9)	-30,6%
Resultado Bruto	(77,9)	4,6	n.m.
SG&A	(83,4)	(117,9)	-29,3%
Outras Despesas e Receitas Operacionais	4,3	126,1	-96,6%
EBITDA	(157,0)	12,8	n.m.
Margem EBITDA	-18,2%	0,9%	n.m.

n.m. – não mensurável

Balanco Patrimonial – 31/12/2018 x 31/12/2017 (Em milhares de reais)

	Consolidado				
	31/12/2018	% AT 2018	31/12/2017	% AT 2017	2018 vs 2017 %
Caixa e equivalentes de caixa	95,5	7,0%	206,5	12,6%	-53,8%
Contas a receber de clientes	220,3	16,2%	323,7	19,7%	-31,9%
Tributos a recuperar	19,9	1,5%	17,9	1,1%	11,2%
IR e CS a recuperar	12,8	0,9%	42,7	2,6%	-70,0%
Despesas antecipadas e demais ativos	16,0	1,2%	23,2	1,4%	-31,0%
Total do ativo circulante	<u>364,5</u>	26,8%	<u>614,0</u>	37,4%	-40,6%
Contas a receber de clientes	94,1	6,9%	90,9	5,5%	3,5%
Depósitos judiciais	438,5	32,3%	399,9	24,4%	9,7%
Tributos a recuperar	0,1	0,0%	2,2	0,1%	-95,5%
IR e CS diferidos	-	0,0%	21,6	1,3%	-100,0%
Despesas antecipadas e demais ativos	25,6	1,9%	21,0	1,3%	21,9%
Imobilizado	88,2	6,5%	115,5	7,0%	-23,6%
Intangível	<u>347,3</u>	25,6%	<u>374,9</u>	22,9%	-7,4%
Total do ativo não circulante	<u>993,8</u>	73,2%	<u>1.026,0</u>	62,6%	-3,1%
TOTAL DO ATIVO	<u>1.358,3</u>	100,0%	<u>1.640,0</u>	100,0%	-17,2%

Contas a receber de clientes: Representa em dezembro de 2018 – 19,7% do ativo total. Com uma variação negativa de 31,9% em comparação a dezembro de 2017. Essa variação refere-se principalmente a queda no faturamento e constituição em 2017 de AVP.

Caixa e equivalente de caixa: Representa em dezembro de 2018 – 12,6% do ativo total, apresentando uma variação negativa de 53,8% na comparação com o ano anterior.

Tributos a recuperar: Representa em dezembro de 2018 – 1,1% do ativo total. Com aumento de 11,2% comparado com ano anterior, decorrente principalmente pela compensação de INSS sobre a folha de pagamento no exercício.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

IR e CS a recuperar: Representa em dezembro de 2018 – 1,3% do ativo total. Essa redução refere-se principalmente a compensações feitas no exercício.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Depósitos Judiciais: Representa em dezembro de 2018 – 24,4% do ativo total, apresentando um aumento de 9,7% em comparação com ano anterior, decorrente principalmente de depósitos judiciais realizado durante o exercício no valor de R\$ 181 com reversões e baixas e R\$ 818 de atualização monetária no exercício.

Imobilizado: Representa em dezembro de 2018 – 7,0% do ativo total. Apresentado uma variação negativa de 23,6% em relação ao ano anterior, decorrente dos efeitos da depreciação no exercício.

Intangível: Representa em dezembro de 2018 – 22,9% do ativo total. Apresentado uma variação negativa de 7,4% em relação ao ano anterior, decorrente dos efeitos da amortização no exercício.

	Consolidado				
	31/12/2018	% AT 2018	31/12/2017	% AT 2017	2018 vs 2017 %
Empréstimos e financiamentos	88,9	6,0%	59,0	2,7%	50,7%
Obrigações com arrendamento mercantil	1,1	0,1%	1,2	0,1%	-8,3%
Fornecedores	142,3	9,6%	146,4	6,6%	-2,8%
Salários, encargos sociais e benefícios	127,2	8,6%	180,9	8,2%	-29,7%
Tributos a recolher	20,0	1,4%	29,8	1,3%	-32,9%
Demais obrigações	2,1	0,1%	4,3	0,2%	-51,3%
Total do 118ativo circulante	381,6	25,8%	421,6	19,0%	-9,5%
Debêntures	43,0	2,9%	1.029,1	46,4%	-95,8%
Derivativos embutidos	9,7	0,7%	-	-	0,0%
Empréstimos e financiamentos	6,4	0,4%	128,2	5,8%	-95,0%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	247,9	16,7%	291,0	13,1%	-14,8%
Obrigações com arrendamento mercantil	0,7	0,0%	1,8	0,1%	-61,1%
Tributos a recolher	25,1	1,7%	23,0	1,0%	9,1%
IR e CS diferidos a recolher	424,7	28,7%	-	0,0%	0,0%
Dividendos a pagar	24,2	1,6%	22,8	1,0%	6,1%
Demais obrigações	111,7	7,5%	154,4	7,0%	-27,7%
Total do passivo não circulante	893,4	60,3%	1.650,3	74,4%	-45,9%
Capital social	247,6	16,7%	188,9	8,5%	31,1%
Reserva de capital	10,7	0,7%	10,7	0,5%	0,0%
Reserva para aquisição de não controladores	-	-	-	-	-
Ações em tesouraria	-	0,0%	-	0,0%	-
Outros resultados abrangentes	(32,9)	-2,2%	(32,8)	-1,5%	0,3%
Prejuízo acumulado	(19,5)	-1,3%	(20,1)	-	-3,0%
Patrimônio líquido atribuível a acionistas controladores	205,9	13,9%	146,7	6,6%	40,4%
TOTAL DO PASSIVO E DO PL	1.480,9	100,0%	2.218,6	100,0%	-33,3%

Empréstimos e financiamentos e debêntures (Curto e Longo Prazo): Representa em dezembro de 2018 – 6,0% do passivo total. Apresentando uma variação negativa de 50,7% comparada com ano anterior. Essa variação decorre principalmente dos seguintes itens: (a) captação no período 5,0 (b) amortização de principal e juros R\$ (37,4), (c) encargos financeiros e variação cambial R\$ 26,2 (d) Haircut (28,3).

Fornecedores: Representa em dezembro de 2018- 9,6% do passivo total. Possui uma variação negativa (redução) de 2,8% comparada com ano anterior. Essa variação decorre principalmente do plano de redução de custos e renegociação das dívidas junto aos fornecedores.

Salários e Encargos: Representa em dezembro de 2018 – 8,6% do passivo total. Uma variação negativa de 29,7% em relação ao ano anterior. Decorrente principalmente, de continuidade ao processo de readequação operacional da Companhia buscando melhor eficiência operacional. Em dezembro de 2018 o quadro de colaboradores era de 36.131. (45.764 em dezembro de 2017).

Tributos a recolher: Representa em dezembro de 2018 – 1,7% do passivo total. Com variação negativa de 9,1% em relação ao ano anterior. Essa variação decorre de redução de alguns tributos a recolher (como IRRF e INSS), e reclassificação para o não circulante de tributos parcelados (REFIS).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: Representa em dezembro de 2018 – 16,7% do passivo total. Com variação negativa de 61,1% em relação ao ano anterior. Essa variação é decorrente dos seguintes fatos: Adições de R\$ 128,9 no período, Reversão de R\$ (132,2), pagamentos de R\$ (37,1), e atualização monetária e encargos financeiros de R\$ (2,9).

Demonstração do Resultado – 31/12/2018 x 31/12/2017

DRE – (R\$ milhões)	Consolidado						Variação (%) 2018 / 2017	Variação (%) 2017 / 2016
	2018	% AV 2018	2017	% AV 2017	2016	% AV 2016		
Operação em continuidade								
Receita operacional líquida	1.360,4	100,0%	1.700,8	100,0%	2.042,6	100,0%	-20,0%	-16,7%
Custo dos serviços prestados	<u>(1.393,0)</u>	-102,4%	<u>(1.727,9)</u>	-101,6%	<u>(1.948,2)</u>	-95,4%	-19,4%	-11,3%
Prejuízo operacional bruto	(32,6)	-2,4%	(27,1)	-1,6%	94,4	4,6%	20,3%	-128,7%
Receitas (despesas) operacionais								
Comerciais	(4,2)	-0,3%	(7,4)	-0,4%	(3,1)	-0,2%	-43,2%	138,7%
Gerais e administrativas	(143,2)	-10,5%	(180,2)	-10,6%	(245,0)	-12,0%	-20,5%	-26,4%
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	<u>126,1</u>	9,3%	<u>(17,6)</u>	-1,0%	<u>132</u>	0,6%	-816,5%	-233,3%
	(21,3)	-1,6%	(205,2)	-12,1%	(234,9)	-11,5%	-89,6%	-12,6%
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras	<u>(53,9)</u>	-4,0%	<u>(232,3)</u>	-13,7%	<u>(140,5)</u>	-6,9%	-76,8%	65,3%
Receitas financeiras	65,4	4,8%	367,6	21,6%	88,5	4,3%	-82,2%	315,4%
Despesas financeiras	<u>(123,3)</u>	-9,1%	<u>(275,2)</u>	-16,2%	<u>(264,3)</u>	-12,9%	-55,2%	4,1%
	(57,9)	-4,3%	92,4	5,4%	(175,8)	-8,6%	-162,7%	-152,6%
(Prejuízo) operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>(111,7)</u>	-8,2%	<u>(139,9)</u>	-8,2%	<u>(316,3)</u>	-15,5%	-20,2%	-55,8%
Imposto de renda e contribuição social:								
Corrente	(18,7)	-1,4%	(6,0)	-0,4%	(12,5)	-0,6%	211,7%	-52,0%
Diferido	(93,1)	-6,8%	(240,6)	-14,1%	<u>115,1</u>	5,6%	-61,3%	-309,0%
	(111,8)	-8,2%	(246,6)	-14,5%	102,6	5,0%	-54,7%	-340,4%
Resultado líquido das operações continuadas	<u>(223,5)</u>	-16,4%	<u>(386,5)</u>	-22,7%	<u>(213,7)</u>	-10,5%	-42,2%	80,9%
Operação descontinuada								
Resultado da operação descontinuada antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>-</u>	0,0%	<u>-</u>	0,0%	<u>201,9</u>	9,9%	0,0%	-100,0%
Imposto de renda e contribuição social:								
Corrente	-	0,0%	-	0,0%	(68,6)	-3,4%	0,0%	0,0%
Diferido	<u>-</u>	0,0%	<u>-</u>	0,0%	<u>2,2</u>	0,1%	0,0%	0,0%
	-	0,0%	-	0,0%	(66,4)	-3,3%	0,0%	0,0%
Resultado líquido das operações descontinuadas	<u>-</u>	0,0%	<u>-</u>	0,0%	<u>135,5</u>	6,6%	0,0%	-100,0%
(Prejuízo) líquido do exercício	<u>(223,5)</u>	-16,4%	<u>(386,5)</u>	-22,7%	<u>(78,2)</u>	-3,8%	-42,2%	394,2%
(Prejuízo) líquido atribuível a:								
Acionistas da controladora	<u>(223,5)</u>	-16,4%	<u>(386,5)</u>	-22,7%	<u>(78,2)</u>	-3,8%	-42,2%	394,2%
	<u>(223,5)</u>	-16,4%	<u>(386,5)</u>	-22,7%	<u>(78,2)</u>	-3,8%	-42,2%	394,2%

Receita Líquida: No ano de 2018, a Receita Operacional Líquida (ROL) foi de R\$ 1.360,4 milhões, uma redução de 20%, comparado ao ano de 2017 ocasionado pela retração da atividade econômica observada e a consequente diminuição do nível de volume de serviços demandados pelos clientes.

Custos dos Serviços Prestados: Os Custos dos Serviços Prestados foi de R\$ 1.393,0 milhões no ano de 2018, apresentando uma redução de 19,4% em relação ao ano de 2017. Os principais motivos para esta variação no custo de serviços prestados são: (i) o ajuste da capacidade operacional; (ii) renegociação de contratos de aluguéis e readequação da base de sites operacionais, adequado ao novo nível de demanda; (iii) novos modelos de contratos de fornecimentos; e (iv) redução de estoque de processos trabalhistas ativos, em razão da redução do número de novos processos.

Receitas (despesas) operacionais: Gerais e Administrativas: totalizaram R\$ 143,2 milhões no ano 2018, uma redução de 20,5% em relação ao ano de 2017. Os principais motivos para essa variação são: (i)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

menores despesas com pessoal, considerando a redução de 34,3% no quadro de colaboradores administrativos no ano; (ii) redução no número de processos trabalhistas ativos, além da redução dos novos processos trabalhistas entrantes; e (iii) pelos esforços de racionalização de despesas com fornecedores.

Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas: totalizou um saldo de R\$ 126,1 milhões em 2018, contra um saldo negativo de R\$ 17,6 milhões no ano de 2017. A variação nesta linha foi ocasionada (i) pela recuperação de créditos tributários; e (ii) pela reversão da provisão tributária em 2018.

Resultado Financeiro (Receita e Despesas financeiras líquidas): No ano de 2018, o resultado financeiro líquido atingiu um saldo negativo de R\$ 57,9 milhões, contra um saldo positivo de R\$ 92,4 milhões no ano de 2017. A Receita financeira foi de R\$ 65,4 em 2018 (R\$ 367,6 em 2017). O significativo aumento das receitas financeiras em 2017 está relacionado com o perdão parcial da dívida concedido por credores de empréstimos bilaterais, no âmbito do reperfilamento da dívida, que correspondem a 25% do saldo devido destes empréstimos, resultando em uma receita financeira de aproximadamente R\$ 62,9 milhões. A despesa financeira foi de R\$ 123,3 em 2018 (R\$ 275,2 em 2017), apresentando uma redução na comparação com o mesmo período do ano anterior. A queda decorre, principalmente, em função da redução do saldo devedor da dívida, decorrentes dos descontos concedidos no âmbito do reperfilamento, da reversão de provisão tributária e da redução de processos trabalhistas ativos e da entrada de novos processos trabalhistas, que implicariam no reconhecimento em contingências trabalhistas da atualização monetária sobre os valores provisionados.

Imposto de Renda (“IRPJ”) e a Contribuição Social (“CSLL”): No ano, o IRPJ/CSLL da Companhia foi de R\$ (111,7) milhões, comparado ao resultado de R\$ (246,6) milhões em 2017. Os principais efeitos para a variação foi a baixa expressiva referente ao diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, além da constituição do ajuste a valor justo de empréstimos e financiamentos ocorridas em 2017.

Prejuízo Líquido: O Prejuízo Líquido foi de R\$ 223,5 milhões em 2018, em comparação ao Prejuízo Líquido de R\$ 386,4 milhões em 2017 e ao prejuízo R\$ 78,2 milhões em 2016. A Companhia mantém o foco no forte acompanhamento e a aceleração das ações estruturadas de virada operacional, obtendo consistentes resultados em termos de redução de custos e despesas mencionados, visando a retomada de sua lucratividade para os próximos exercícios.

Balanco Patrimonial – 31/12/2017 x 31/12/2016 (Em milhares de reais)

	31/12/2017	% AT 2017	31/12/2016 Reapresentado	Consolidado % AT 2017	2017 vs 2016 %
Caixa e equivalentes de caixa	206,5	12,6%	323,9	14,9%	-36,2%
Contas a receber de clientes	323,7	19,7%	448,2	20,6%	-27,8%
Tributos a recuperar	17,9	1,1%	55,4	2,6%	-67,7%
IR e CS a recuperar	42,7	2,6%	55,2	2,5%	-22,6%
Despesas antecipadas e demais ativos	23,2	1,4%	26,6	1,2%	-12,8%
Total do ativo circulante	614,0	37,4%	909,3	41,9%	-32,5%
Contas a receber de clientes	90,9	5,5%	-	0,0%	0,0%
Depósitos judiciais	399,9	24,4%	359,5	16,5%	11,2%
Tributos a recuperar	2,2	0,1%	2,8	0,1%	-21,4%
IR e CS diferidos	21,6	1,3%	311,8	14,4%	-93,1%
Despesas antecipadas e demais ativos	21,0	1,3%	31,8	1,5%	-34,0%
Imobilizado	115,5	7,0%	150,5	6,9%	-23,3%
Intangível	374,9	22,9%	406,8	18,7%	-7,8%
Total do ativo não circulante	1.026,0	62,6%	1.263,2	58,1%	-18,8%
TOTAL DO ATIVO	1.640,0	100,0%	2.172,5	100,0%	-24,5%

Caixa e equivalentes de caixa: Representa em dezembro de 2017 – 12,6% do ativo total, apresentando

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

variação negativa de 36,2% na comparação com ano anterior. Essa variação decorre pela geração de caixa operacional de R\$ 25,2 compensado pela atividade de investimentos de R\$ 24,0 e pelas atividades de financiamento de R\$ 118,7.

Contas a receber de clientes: Representa em dezembro de 2017 – 19,7% no circulante do ativo total. Com uma variação negativa de 27,8% em comparação a dezembro de 2016. Essa variação refere-se principalmente a queda no faturamento e constituição em 2017 de AVP e reclassificação de saldo para o ativo não circulante.

Tributos a recuperar: Representa em dezembro de 2017 – 1,1% do ativo total. Com redução de 67,7% comparado com ano anterior, decorrente principalmente pela compensação de INSS sobre a folha de pagamento no exercício e baixa de PIS e COFINS.

IR e CS a recuperar: Representa em dezembro de 2017 – 2,6% do ativo total. Com redução de 22,6% em relação ao ano anterior. Essa redução refere-se principalmente a compensações feitas no exercício.

IR e CS diferidos: Representa em dezembro de 2017 – 1,3% do ativo total. Com redução de 93,1% em relação ao ano anterior. Esse efeito é decorrente Compensação PRT, Reversão IRPJ /CSLL sobre Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL e Constituição e utilização durante o exercício. Está sendo demonstrando no balanço o IR e CS diferido líquido.

Depósitos Judiciais: Representa em dezembro de 2017 – 24,4% do ativo total, apresentando um aumento de 11,2% em comparação com ano anterior, decorrente principalmente de depósitos judiciais realizado durante o exercício no valor de R\$ 101,6 com reversões e baixas de R\$ 69,4 e atualização monetária de R\$ 7,8 no exercício.

Imobilizado: Representa em dezembro de 2017 – 7,0% do ativo total. Apresentado uma variação negativa de 23,3% em relação ao ano anterior, decorrente dos efeitos da depreciação no valor de R\$ 47,9 e baixa de 0,60 e adição de R\$ 13,4 no exercício.

10.1 Comentários dos Diretores / 10.1 - Comentários financeiros/patrimoniais

Intangível: Representa em dezembro de 2017 – 22,9% do ativo total. Apresentado uma variação negativa de 7,8% em relação ao ano anterior, decorrente dos efeitos da amortização no valor de R\$ 40,3 – baixa de 3,3 e adição de R\$ 11,8 no exercício.

	31/12/2017	%AT 2017	31/12/2016 Reapresentado	Consolidado %AT 2017	2017 vs 2016 %
Debêntures	-	0,0%	5,0	0,2%	-100,0%
Empréstimos e financiamentos	59,0	3,6%	57,3	2,6%	3,0%
Obrigações com arrendamento mercantil	1,2	0,1%	2,0	0,1%	-40,0%
Fornecedores	146,4	8,9%	159,5	7,3%	-8,2%
Antecipação de fornecedores	-	0,0%	66,8	3,1%	-100,0%
Salários, encargos sociais e benefícios	180,9	11,0%	214,8	9,9%	-15,8%
Tributos a recolher	29,8	1,8%	58,3	2,7%	-48,9%
IR e CS a recolher	-	0,0%	18,4	0,8%	-100,0%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	0,0%	0,1	0,0%	-100,0%
Dividendos a pagar	-	0,0%	20,7	1,0%	-100,0%
Demais obrigações	4,4	0,3%	5,9	0,3%	-25,4%
Total do 122 ativo circulante	421,7	25,7%	608,8	28,0%	-30,7%
Debêntures	1.029,1	62,7%	1.157,0	53,3%	-11,1%
Empréstimos e financiamentos	128,2	7,8%	206,7	9,5%	-38,0%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	291,0	17,7%	173,8	8,0%	67,4%
Obrigações com arrendamento mercantil	1,8	0,1%	4,9	0,2%	-63,3%
Encargos sociais sobre salários	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Tributos a recolher	23,0	1,4%	1,1	0,1%	1990,9%
Dividendos a pagar	22,8	1,4%	-	0,0%	0,0%
Demais obrigações	154,4	9,4%	64,1	3,0%	140,9%
Total do passivo não circulante	1.650,3	100,6%	1.607,6	74,0%	2,7%
Capital social	188,9	11,5%	188,9	8,7%	0,0%
Outras reservas	(22,6)	-1,4%	(22,6)	-1,0%	0,0%
Ações em tesouraria	(20,0)	-1,2%	(20,0)	-0,9%	0,0%
Outros resultados abrangentes	(10,1)	-0,6%	(8,5)	-0,4%	18,8%
Prejuízo acumulado	(568,1)	-34,6%	(181,7)	-8,4%	212,7%
Total do patrimônio líquido	(431,9)	-26,3%	(43,9)	-2,0%	883,8%
TOTAL DO PASSIVO E DO PL	1.640,1	100,0%	2.172,5	100,0%	-24,5%

Empréstimos e financiamentos e debêntures (Curto e Longo Prazo): Representa em dezembro de 2017 – 65,6% do passivo total. Apresentando uma variação positiva de 3,6% comparada com ano anterior. Essa variação decorre principalmente dos seguintes itens: (a) risco sacado R\$ 67,6 (b) custo com reperfilamento da dívida (6,8) (c) captação no período 21,2 (d) amortização de principal e juros R\$ (135,9), (d) encargos financeiros e variação cambial R\$ 169,8 (e) Haircut (62,9) e ajuste a valor presente de R\$ 263,7.

Fornecedores: Representa em dezembro de 2017- 8,9% do passivo total. Possui uma variação negativa (redução) de 8,2% comparada com ano anterior. Essa variação decorre principalmente do plano de redução de custos e renegociação das dívidas junto aos seus fornecedores.

Salários e Encargos: Representa em dezembro de 2017 – 11,0% do passivo total. Uma variação negativa de 15,8% em relação ao ano anterior. Decorrente principalmente, de continuidade ao processo de readequação operacional do segmento de Contact Center e BPO, e a nova estratégia da Companhia relacionada ao quadro de seus colaboradores. Em dezembro de 2017 o quadro de colaboradores era de 45.764. (57.370 em dezembro de 2016).

10. Comentários dos Diretores / 10.1 - Comentários financeiros/patrimoniais

Tributos a recolher: Representa em dezembro de 2017 – 1,8% do passivo total. Com variação negativa de 48,9% em relação ao ano anterior. Essa variação decorre de redução dos tributos a recolher como (ISS (R\$9,7), e PIS e COFINS (R\$ 9,5)), e reclassificação para o não circulante de tributos parcelados (REFIS).

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: Representa em dezembro de 2017 – 17,7% do passivo total. Com variação positiva de 67,4% em relação ao ano anterior. Essa variação é decorrente dos seguintes fatos: Adições de R\$ 193,5 no período, Reversão de R\$ (90,3), pagamentos de R\$ (17,7), e atualização monetária e encargos financeiros de R\$ 31,7. Contingência tributária deve aumento de R\$ 41,1 e contingência trabalhista de R\$ 74,9 no exercício.

Demonstração do Resultado – 31/12/2017 x 31/12/2016

DRE – (R\$ milhões)					Consolidado		Variação (%) 2017 /2016	Variação (%) 2016 /2015
	2017	% AV 2017	2016 Reapresentado	% AV 2016	2015	% AV 2015		
Operação em continuidade								
Receita operacional líquida	1.700,8	100,0%	2.042,6	100,0%	2.395,7	100,0%	-16,7%	-14,7%
Custo dos serviços prestados	<u>(1.727,9)</u>	-101,6%	<u>(1.948,2)</u>	-95,4%	<u>(2.334,7)</u>	-97,5%	-11,3%	-16,6%
Lucro operacional bruto	(27,1)	-1,6%	94,4	4,6%	61,0	2,5%	-128,7%	54,8%
Receitas (despesas) operacionais								
Comerciais	(7,4)	-0,4%	(3,1)	-0,2%	(12,0)	-0,5%	138,7%	-74,2%
Gerais e administrativas	(180,2)	-10,6%	(245,0)	-12,0%	(286,0)	-11,9%	-26,4%	-14,3%
Pagamento baseado em ações	-	0,0%	(0,1)	0,0%	(0,4)	0,0%	-100,0%	-75,0%
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	<u>(17,6)</u>	-1,0%	<u>13,2</u>	0,6%	<u>62,1</u>	2,6%	-233,3%	-78,7%
	(205,2)	-12,1%	(235,0)	-11,5%	(236,4)	-9,9%	-12,7%	-0,6%
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	<u>(232,3)</u>	-13,7%	<u>(140,6)</u>	-6,9%	<u>(175,4)</u>	-7,3%	65,2%	-19,8%
Receitas financeiras	367,6	21,6%	88,5	4,3%	51,0	2,1%	315,4%	73,5%
Despesas financeiras	<u>(275,2)</u>	-16,2%	<u>(264,3)</u>	-12,9%	<u>(233,6)</u>	-9,8%	4,1%	13,1%
	92,4	5,4%	(175,8)	-8,6%	(182,6)	-7,6%	-152,6%	-3,7%
(Prejuízo) operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>(139,9)</u>	-8,2%	<u>(316,4)</u>	-15,5%	<u>(358,0)</u>	-14,9%	-55,8%	-11,6%
Imposto de renda e contribuição social:								
Corrente	(6,0)	-0,4%	(12,5)	-0,6%	(12,3)	-0,5%	-52,0%	1,6%
Diferido	<u>(240,6)</u>	-14,1%	<u>115,1</u>	5,6%	<u>109,1</u>	4,5%	-309,0%	5,6%
	(246,6)	-14,5%	102,6	5,0%	96,7	4,0%	-340,4%	6,1%
Resultado líquido das operações continuadas	<u>(386,5)</u>	-22,7%	<u>(213,8)</u>	-10,5%	<u>(261,3)</u>	-10,9%	80,8%	-18,2%
Operação descontinuada								
Resultado da operação descontinuada antes do imposto de renda e da contribuição social	-	0,0%	201,9	9,9%	34,1	1,4%	-100,0%	483,5%
Imposto de renda e contribuição social:								
Corrente	-	0,0%	(68,6)	-3,4%	-	0,0%	0,0%	0,0%
Diferido	-	0,0%	2,2	0,1%	-	0,0%	0,0%	0,0%
	-	0,0%	(66,4)	-3,3%	-	0,0%	0,0%	0,0%
Resultado líquido das operações descontinuadas	-	0,0%	135,5	6,6%	34,1	1,4%	-100,0%	291,6%
(Prejuízo) líquido do exercício	<u>(386,5)</u>	-22,7%	<u>(78,3)</u>	-3,8%	<u>(226,7)</u>	-9,5%	393,6%	-65,5%
(Prejuízo) líquido atribuível a:								
Acionistas da controladora	<u>(386,5)</u>	-22,7%	<u>(78,3)</u>	-3,8%	<u>(226,7)</u>	-11,1%	393,6%	-65,5%
	(386,5)	-22,7%	(78,3)	-3,8%	(226,7)	-11,1%	393,6%	-65,5%

10.1 Comentários dos Diretores / 10.1 Comentários financeiros/patrimoniais

Receita Líquida: No ano de 2018, a Receita Operacional Líquida (ROL) foi de R\$ 1.360,4 milhões, uma redução de 20%, comparado ao ano de 2017 ocasionado pela retração da atividade econômica observada e a consequente diminuição do nível de volume de serviços demandados pelos clientes.

Custos dos Serviços Prestados: Os Custos dos Serviços Prestados foi de R\$ 1.393,0 milhões no ano de 2018, apresentando uma redução de 19,4% em relação ao ano de 2017. Os principais motivos para esta variação no custo de serviços prestados são: (i) o ajuste da capacidade operacional do segmento de *Contact Center & BPO*; (ii) renegociação de contratos de aluguéis e readequação da base de sites operacionais, adequado ao novo nível de demanda; (iii) novos modelos de contratos de fornecimentos; e (iv) redução de estoque de processos trabalhistas ativos e redução da entrada de novos processos. A Companhia encerrou o ano com 36,1 mil colaboradores, sendo 45,8 mil em 2017. Também contribuiu para a redução do custo de serviços prestados os menores custos com aluguéis e seguros e serviços de terceiros.

Receitas (despesas) operacionais: Gerais e Administrativas: totalizaram R\$ 143,2 milhões no ano 2018, uma redução de 20,5% em relação ao ano de 2017. Os principais motivos para essa variação são: (i) menores despesas com pessoal, considerando a redução de 34,3% no quadro de colaboradores administrativos no ano; (ii) redução de estoque de processos trabalhistas ativos, além da redução dos novos processos trabalhistas entrantes; e (iii) pelos esforços de racionalização de despesas com fornecedores.

Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas: totalizou um saldo de R\$ 123,5 milhões em 2018, contra um saldo negativo de R\$ 17,6 milhões no ano de 2017. A variação nesta linha foi ocasionada (i) pela recuperação de créditos tributários; e (ii) pela reversão da provisão tributária em aproximadamente R\$ 91 milhões em 2018.

Resultado Financeiro (Receita e Despesas financeiras líquidas): No ano de 2018, o resultado financeiro líquido atingiu um saldo negativo de R\$ 57,9 milhões, contra um saldo positivo de R\$ 92,4 milhões no ano de 2017. A Receita financeira foi de R\$ 65,4 em 2018 (R\$ 367,6 em 2017). O significativo aumento das receitas financeiras em 2017 está relacionado com o perdão parcial da dívida concedido por credores de empréstimos bilaterais, no âmbito do reperfilamento da dívida, que correspondem a 25% do saldo devido destes empréstimos, resultando em uma receita financeira de aproximadamente R\$ 62,9 milhões. A despesa financeira foi de R\$ 123,3 em 2018 (R\$ 275,2 em 2017), apresentando uma redução na comparação com o mesmo período do ano anterior. A queda decorre, principalmente, em função da redução do saldo devedor da dívida, decorrentes dos descontos concedidos no âmbito do reperfilamento, da reversão de provisão tributária e da redução de processos trabalhistas ativos e da entrada de novos processos trabalhistas, que implicariam no reconhecimento em contingências trabalhistas da atualização monetária sobre os valores provisionados.

10.1 Comentários aos indicadores/10.1.1 Condições financeiras/patrimoniais

Imposto de Renda (“IRPJ”) e a Contribuição Social (“CSLL”): No ano, o IRPJ/CSLL da Companhia foi de R\$ (111,8) milhões, comparado ao resultado de R\$ (246,6) milhões em 2017. Os principais efeitos para a variação foi a baixa expressiva referente ao diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, além da constituição do ajuste a valor justo de empréstimos e financiamentos ocorridas em 2017.

Prejuízo Líquido: O Prejuízo Líquido foi de R\$ 226,1 milhões em 2018, em comparação ao Prejuízo Líquido de R\$ 386,4 milhões em 2017 e ao prejuízo R\$ 78,3 milhões em 2016. A Companhia mantém o foco no forte acompanhamento e a aceleração das ações estruturadas de virada operacional, obtendo consistentes resultados em termos de redução de custos e despesas mencionados, visando a retomada de sua lucratividade para os próximos exercícios.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**10.2 - Resultado operacional e financeiro****a) resultados das operações do emissor, em especial:****i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

Em 2019, a Companhia registrou ROL de R\$ 862,8 milhões versus R\$ 1.360,4 milhões no ano anterior, a queda é resultado da redução na demanda por serviços dos clientes em relação aos períodos analisados.

R\$ milhões	Consolidado		
	31/12/2019	31/12/2018	2019 vs 2018
Receita Bruta			
Serviços de contact center	750,1	1.292,4	-42%
Serviços de trade marketing	193,2	189,9	2%
Serviços de desenvolvimento de software	15,5	23,1	-33%
Receita Operacional Bruta	958,8	1.505,4	-36%
Impostos sobre as vendas	(96,0)	(145,0)	-34%
Receita Operacional Líquida	862,8	1.360,4	-37%

Em 2018, a Companhia registrou Receita Operacional Líquida (ROL) de R\$ 1.360,4 milhões, queda de 20,0% versus 2017, resultado influenciado principalmente pelo novo nível de volume de serviços demandados pelos clientes no último ano.

Em 2017, a Companhia registrou Receita Operacional Líquida (ROL) de R\$ 1.700,8 milhões, queda de 16,7% versus 2016, resultado influenciado principalmente pelo novo nível de volume de serviços demandados pelos clientes no ano em questão. Com o início da atualização do seu posicionamento estratégico, que culminou no lançamento da nova marca, a Liq, em 2017 houve um crescimento de 8,7% na comparação com o ano de 2016 da ROL na linha de serviços Marketing Promocional e Trade. No quarto trimestre de 2017 (4T17), a ROL com estes serviços foi superior em 19,5% na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior. Destaque também para CRM Services, no ano a ROL com este serviço cresceu 1,1% na comparação com 2016.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 2019, o custo dos serviços prestados atingiu R\$ 1.010 milhões, reduzindo 27,5% em comparação a 2018. A Companhia mantém o foco em iniciativas de redução dos Custos dos Serviços Prestados (CSP), encerrando 2019 com uma queda de 30,6% quando comparado ao ano anterior. A nova gestão se concentrou na adequação (i) da capacidade operacional; (ii) da base de sites em operação, e (iii) dos contratos com todos os fornecedores, que impactou positivamente a estrutura de custos da Companhia.

As Despesas Comerciais Gerais e Administrativas (CG&A) totalizaram R\$ 114,1 milhões em 2019, uma queda de 22,6% em relação a 2018, resultado das ações de *turnaorund* intensificadas pela nova gestão.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

O EBITDA da Companhia em 2019 foi de R\$ (157) milhões, comparado a R\$ 12,8 milhões reportado em 2018. Resultado impactado pelas ações de turnaround realizadas ao longo do 2º semestre.

A administração segue totalmente comprometida e confiante no potencial de longo prazo da Companhia, na capacidade de seus colaboradores e ciente de que tem todas as condições de se tornar uma das maiores plataformas de serviços da América Latina, gerando valor a todos os stakeholders.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Oscilações no volume dos serviços

O aumento e a diminuição do volume dos serviços demandados pelos nossos clientes afetam, de forma significativa, os nossos resultados, particularmente porque tais oscilações comprometem as taxas de utilização da capacidade instalada e as receitas. Desta forma, o crescimento da base de consumidores dos nossos clientes poderá aumentar a necessidade de serviços de contact center em geral, tais como serviços de atendimento ao cliente, televendas, cobrança e retenção. Por outro lado, a diminuição da base de consumidores dos nossos clientes ou a ocorrência de outros fatos, tais como, aumento nos serviços automatizados de atendimento a consumidores, diminuição do volume de chamadas ou tempo de duração da chamada, poderá acarretar na redução da receita da Companhia no longo prazo.

A Companhia enfrentou importante redução de demanda de seu maior cliente de call center que reduziu o volume de contratação a partir de 2015, entre outras reduções observadas nos demais clientes.

A união das operações da Liq com a ETS propiciará uma diversificação do portfolio de serviços da Companhia, uma vez que agregará os segmentos de negócios de Operação/Manutenção Industrial, Facilities e IoT, bem como reforçando seu posicionamento no segmento de trade marketing, de forma que poderão ser criadas soluções completas para os clientes através de plataformas integradas ao seu negócio principal.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A atividade da Companhia, por essência, deve estar continuamente focada em ampliar os ganhos de eficiência da operação e repassá-la em forma de precificação mais adequada para seus clientes, bem como ampliar e sustentar as margens de lucratividade do negócio. Portanto, no processo frequente de reajustes contratuais, a Companhia tende a repassar parte da inflação interna observada, que é parcialmente compensada pelos ganhos de produtividade.

Considerando essa dinâmica de reajuste e o mercado concorrencial em que atua, a Companhia tem conseguido repassar parcialmente a inflação interna observada. Essa inflação, em geral, se aproxima dos principais indicadores-referência de inflação do mercado.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Os custos e as despesas totais da Companhia (custos dos serviços prestados, despesas com vendas, despesas gerais e administrativas e outras despesas e receitas operacionais líquidas) apresentaram redução de 20,8% e de 26,8% em 2019 e 2018, respectivamente. Outro fator relevante na estrutura de custos e despesas da Companhia são os gastos com pessoal (67% dos custos e despesas totais em 2019). Assim sendo, o reajuste anual de preços também tem correlação com a variação do salário mínimo, além da inflação passada. O salário mínimo sofreu aumento de 6,5%, 1,8% e 4,6% em 2017, 2018 e 2019, respectivamente. As negociações com os sindicatos, de aumento de salários e benefícios de empregados poderão impactar o negócio da Companhia, até entrar em vigor o reajuste contratual com os clientes. As negociações anuais com os sindicatos de empregados normalmente resultam em aumento de remuneração, que poderá ocorrer na forma de um aumento percentual do salário e/ou pagamento único. Esta última hipótese acarretaria por um determinado período, um efeito mais significativo sobre o fluxo de caixa.

Em geral, os reajustes contratuais são anuais também em decorrência dos períodos de reajuste de outros dos principais custos da Companhia, tais como telecomunicações e aluguel de instalações, que também sofrem reajustes periódicos. Se algum contrato com algum fornecedor relevante for reajustado, os resultados mensais serão impactados em relação ao mês anterior.

Ao mesmo tempo em que a inflação tem sido mantida relativamente sob controle desde a implementação do Plano Real em 1994, as pressões inflacionárias têm aumentado nos últimos anos. Segundo o Índice Geral de Preços do Mercado ("IGP-M") da Fundação Getúlio Vargas ("FGV"), as taxas de inflação dos preços gerais no Brasil foram de -0,5%, 7,5% e 7,3% em 2017, 2018 e 2019, respectivamente. Segundo o IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), as taxas de inflação nos preços ao consumidor brasileiro foram de 2,9%, 3,7% e 4,3% respectivamente, em 2017, 2018 e 2019.

O risco de taxas de juros é aquele pelo qual a Companhia poderá vir a sofrer perdas econômicas decorrentes de alterações nas taxas de juros que afetem seus ativos e passivos. No encerramento do exercício social de 2019, a Companhia não restringia a sua exposição às diferentes taxas de juros e também não estabelecia limites entre taxas pré ou pós-fixadas. A Companhia, entretanto, monitora continuamente as taxas de juros de mercado visando avaliar a eventual necessidade de contratação de operações com o objetivo de proteção contra a volatilidade dessas taxas e para gerenciar o descasamento entre suas aplicações financeiras e dívidas. Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não celebrou contratos de instrumentos financeiros derivativos.

O endividamento da Companhia está atrelado, essencialmente, às taxas do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") e ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"). Na ocorrência de alterações adversas no mercado que resulte na elevação do CDI, e do IPCA, o custo do endividamento pós-fixado se eleva, mas por outro lado, o custo do endividamento pré-fixado se reduz em termos relativos.

A Companhia mantém parte substancial dos saldos de caixa e equivalentes de caixa indexados à variação do CDI. As projeções macroeconômicas divulgadas no Relatório Focus, emitido pelo Banco Central do

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Brasil ("BACEN"), em 31 de dezembro de 2019, indicavam como cenário provável em 2020: IPCA de 3,60% e CDI (% a.a.) de 4,50%.

Essa evolução se compara às variações observadas nos principais índices de juros que são referência para o mercado: (i) o CDI que é a taxa utilizada como referência para os empréstimos interbancários e debêntures: suas taxas acumuladas dos anos de 2017, 2018 e 2019 foram de 9,9%, 6,4% e 6,0%, respectivamente; e (ii) o IPCA, que é a taxa utilizada como referência para uma série das debêntures foram de 2,9%, 3,7% e 4,3% respectivamente, em 2017, 2018 e 2019.

Em 31 de dezembro de 2019, a dívida total por indexador da ATMA estava distribuída da seguinte forma: CDI: 99,6% e IPCA: 0,4%. Um aumento significativo no CDI pode afetar negativamente as despesas financeiras da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**10.3 – Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras.****a) introdução ou alienação de segmento operacional**

Nenhum segmento operacional foi introduzido ou alienado no âmbito das atividades da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Em 14 de outubro de 2019 o Conselho de Administração da Companhia recebeu do Fundo de Investimento em Participações Nilai – Multiestratégia (“FIP Nilai”) uma proposta de integração de negócios da Companhia com a ETS Participações e Investimentos S.A. (“ETS”), a qual foi submetida à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia.

No âmbito da Proposta de Integração, foi estabelecido um aumento do capital social na Companhia, no montante de R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), com a subscrição particular pelo FIP Nilai de 20.644.095 (vinte milhões, seiscentas e quarenta e quatro mil e noventa e cinco) de novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$12,11 (doze reais e onze centavos) por ação, fixado nos termos do artigo 170, § 1.º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, a serem integralizadas à vista, mediante o aporte da totalidade das ações de emissão da ETS detidas pelo FIP Nilai (“Aumento de Capital”). O Preço de emissão foi fixado com fundamento no artigo 170, § 1.º, inciso III, da Lei 6.404/76, com base no preço médio ponderado por volume das ações da Companhia no mercado nos 30 (trinta) pregões anteriores ao dia 11 de outubro de 2019 (inclusive).

O Compromisso do FIP Nilai e a eficácia do Aumento de Capital ficaram condicionados, nos termos do artigo 126 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, (i) à previa emissão de novas debêntures que contemplassem novas condições para a dívida financeira da Companhia e (ii) à aprovação da integração de negócios pelas autoridades de defesa da concorrência, nos termos previstos na Proposta de Integração (“Condições Suspensivas de Eficácia”).

Em 05/11/2019 a Companhia obteve a aprovação sem restrições pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”), conforme do Ato de Concentração nº 08700.004857/2019-31, permitindo a integração de negócios entre a Companhia e a ETS.

Em 08/11/2019 a Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia aprovou o aumento de capital no montante de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), mediante o aporte pelo FIP Nilai da totalidade das ações de emissão da ETS. A eficácia do aumento de capital permanecia na dependência da renegociação da dívida financeira da Companhia.

Em 30/12/2019 a Companhia anunciou seu Plano de Recuperação Extrajudicial para Reestruturação de seu Endividamento Financeiro. Na mesma data, o FIP Nilai renunciou à condição suspensiva de emissão de novas debêntures pela Companhia no âmbito da renegociação de sua dívida, estabelecendo a data de 06/01/2020 como marco para a eficácia do aumento de capital e cessão das ações da ETS para a Companhia. Considerando a concessão de prazo para o exercício do direito de preferência dos antigos acionistas, o FIP Nilai passou a ser o acionista majoritário em 12/02/2020.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

A união dessas operações deverá gerar valor para os acionistas por conta das sinergias operacionais e comerciais esperadas e propiciará uma diversificação do portfólio de serviços da Companhia pois agrega os segmentos de negócios de Operação/Manutenção Industrial, *Facilities* e *IoT*, bem como reforça seu posicionamento no segmento de *trade e live marketing*, oferecendo soluções completas para os clientes através de plataformas integradas ao seu negócio principal.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não foram constituídas, adquiridas ou alienadas participações societárias. Para mais informações sobre as operações societárias da Companhia, ver item 15.7 do formulário de referência da Companhia.

c) eventos ou operações não usuais

Ao longo de 2019 foram realizadas reuniões com seus credores financeiros com o intuito de obter a adesão destes à proposta de renegociação. Em dezembro de 2019, a Companhia concluiu a fase de negociação de seu endividamento.

A Reestruturação do Endividamento Financeiro da Companhia foi feita por meio de um Plano de Recuperação Extrajudicial (“Plano”), no qual a Companhia obteve a adesão legalmente necessária de mais de 60% dos créditos para sua aprovação, percentual este que vincula todos os credores financeiros ao Plano. O Plano abrange unicamente os credores financeiros e não envolve seus fornecedores e seus colaboradores.

Em 30 de dezembro de 2019, a Companhia e sua subsidiária Liq Corp S.A. ajuizaram o Pedido de Homologação do Plano de Recuperação Extrajudicial da Dívida Financeira (“Pedido”) na 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP, sob o nº 1000687-91.2019.8.26.0228.

O referido pedido foi aprovado pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03 de fevereiro de 2020, autorizando a Administração a praticar os atos necessários para seu seguimento.

Em 14 de julho de 2020, o juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperação Judicial do Foro Central de São Paulo homologou, em sua integralidade, o Plano de Recuperação Extrajudicial da Companhia. Após a homologação do Plano, as dívidas financeiras da Companhia seguirão os novos termos e condições acordados e passarão a ser aplicáveis a todos os credores financeiros, na forma do Pedido e do Plano.

O valor total do endividamento financeiro no Plano (denominado como “Créditos Abrangidos”) é de R\$1.268.323.606,43 (um bilhão, duzentos e sessenta e oito milhões, trezentos e vinte e três mil, seiscentos e seis reais e quarenta e três centavos).

De acordo com o Plano, a Companhia emitirá novas debêntures (7ª emissão) com 4 séries distintas que representarão as formas de pagamento a serem escolhidas pelos credores.

As condições de cada uma das séries da 7ª Emissão de Debêntures podem ser assim resumidas:

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Série	Remuneração	Vencimento	Pagamento	Convertível em ações	Opção de alocação
1ª	CDI+1%aa	15/12/2025	Trimestral, a partir de 15/03/2020	Sim	10%
2ª	CDI+1%aa	15/12/2025	Trimestral, a partir de 15/03/2020	Não	10%
3ª	TR+1%aa	15/12/2038	Vencimento	Sim	90% ou 100%
4ª	TR+1%aa	15/12/2038	Vencimento	Não	90%

A íntegra do Plano encontra-se disponível no site de relações com investidores da Companhia (www.atmasa.com.br).

A Companhia entende que as novas condições para seu endividamento financeiro são compatíveis com o seu atual fluxo de caixa, o que permitirá o foco na retomada da sua atividade operacional.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4- Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

No exercício de 2019, o IFRS 16 (CPC 06 (R2)) entrou em vigor para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2019, substituindo o IAS 17 (CPC 06 (R1)) – Operações de Arrendamento Mercantil e correspondentes interpretações, e, em essência, dispõe que todo contrato de arrendamento mercantil, seja ele considerado operacional ou financeiro, deve ser contabilizado reconhecendo ativos e passivos envolvidos, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes.

Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da revisão do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

O arrendatário pode optar pela adoção da norma utilizando a abordagem retrospectiva completa ou uma abordagem retrospectiva modificada. As disposições transitórias da norma permitem determinadas isenções.

Transição para a norma IFRS 16

A Companhia adotou a norma IFRS 16 de acordo com a abordagem retrospectiva modificada com efeito cumulativo na data da adoção inicial (isto é, a partir de 1º de janeiro de 2019, considerando o direito de uso igual ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial), não havendo reapresentação de informação comparativa. Optou-se por utilizar as isenções previstas na norma sobre contratos de arrendamentos de curto prazo (ou seja, que terminam dentro de 12 meses a partir da data de início) e contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor.

A Companhia classificou somente os contratos de aluguéis de imóveis como arrendamentos de acordo com a norma. Os passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa de empréstimo incremental da Companhia em 1º de janeiro de 2019.

Novos pronunciamentos adotados

As seguintes normas alteradas e interpretações não geraram impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia:

- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 – Alterações à IFRS 1 e à IAS

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

28;

- Alterações ao CPC 36 – Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 – Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto;
- Alterações ao CPC 33 (R1) – Alterações, reduções ou liquidação de planos - abordam a contabilização quando de alteração, redução ou liquidação de um plano durante o período-base. As alterações especificam que quando ocorre alteração, redução ou liquidação do plano durante o período base anual;
- Interpretação IFRIC 23 (ICPC 22) – Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda – a interpretação trata da contabilização dos tributos sobre a renda nos casos em que os tratamentos tributários envolvam incerteza na aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12, assim como não inclui os requisitos para juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A interpretação aborda especificamente o seguinte:
 - (i) Se a Companhia considera tratamentos tributários incertos separadamente;
 - (ii) As hipóteses que a Companhia faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
 - (iii) Como a Companhia determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto;
 - (iv) Como a Companhia considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A Companhia determinou que considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos, seguindo a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação foi adotada pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2019, sem efeitos relevantes nestas demonstrações financeiras.

Não há outras novas normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:

Os impactos da adoção do CPC 06 (R-2)/IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019 e seus efeitos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 podem ser identificados na tabela descrita a seguir:

	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2019</u>
Ativos	
Adoção Inicial – Ativo de direito de uso – Edificações	338.997
Despesa com Depreciação	(33.730)
Baixas	(51.172)
Saldo em 31/12/2019	270.733
Passivos	
Adoção Inicial - Passivo de arrendamento	338.997
Juros incorridos	31.601
Pagamentos	(50.728)
Baixas	(51.172)
Saldo em 31/12/2019	285.336

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

Os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, datados em 19 de março de 2020 (exercícios de 2019 e 2018), 12 de março de 2019 (exercícios de 2018 e 2017) e 22 de março de 2018 (exercícios de 2017 e 2016) não contiveram nenhuma ressalva.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 Políticas contábeis críticas

Política contábil crítica é definida como aquela que é, ao mesmo tempo, muito importante para demonstrar a condição financeira e os resultados da empresa e que requer julgamentos difíceis, subjetivos e/ou complexos por parte da administração. Normalmente, as circunstâncias que tornam esses julgamentos difíceis, subjetivos e/ou complexos têm a ver com a necessidade de realizar estimativas sobre o efeito de questões que são inerentemente incertas.

Podemos considerar que as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são tema que requer julgamentos complexos, por estimativas, cuja alteração na política pode ocasionar mudanças significativas nos números apresentados nas demonstrações financeiras, já que as provisões são reconhecidas quando:

1. a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, em consequência de um evento passado;
2. é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação; e
3. possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. As avaliações das probabilidades de perdas destes processos incluem a análise das evidências disponíveis, o disposto nas leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras****a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial**

Não existem outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não se aplica

b) natureza e propósito da operação

Não se aplica

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não se aplica

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 - Plano de Negócios

a) investimentos (inclusive descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, fontes de financiamento dos investimentos e desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos)

Investimentos em andamento

Os investimentos totalizaram R\$ 6,6 milhões em 2019, R\$ 12,7 milhões em 2018 e R\$ 25,2 milhões em 2017. Os investimentos realizados são destinados principalmente a aquisição de softwares e benfeitorias em imóveis.

Investimentos previstos

A Companhia segue com sua estratégia de investimento em sintonia com a gestão do capital de giro e da necessidade de atualização de seu parque tecnológico. Não há expectativa de investimentos significativos a serem realizados no exercício social de 2020.

Fontes de financiamento dos investimentos

Atualmente, a Companhia utiliza seu caixa e sua capacidade de geração de caixa. Entretanto, se necessário, a Companhia pode continuar a expandir suas atividades por meio de outras opções de financiamento.

Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não houve nenhum desinvestimento relevante nos últimos 3 exercícios.

b) aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não existe nenhuma aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que possam a vir influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia que não foram amplamente divulgadas durante o período ou que afetarão os próximos anos que possam ser divulgadas atualmente.

c) novos produtos e serviços

(i) Descrição das pesquisas em andamento anteriormente divulgadas

Não há pesquisas em andamento relacionadas a novos produtos e serviços que tenham sido anteriormente divulgadas.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, pois não há pesquisas em andamento.

(iii) Projetos em desenvolvimento anteriormente divulgados

Não aplicável, pois não há o desenvolvimento de novos produtos e serviços, que tenham sido anteriormente divulgados.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços:**

O desenvolvimento de novos produtos e serviços são conduzidos normalmente por equipes que se envolvem também no acompanhamento e monitoramento das operações. Portanto, atualmente, a Companhia não tem como determinar o montante exclusivamente gasto com o desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9. Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Não se aplica.